



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2015

Março de 2016

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL.....	12
II. FACTOS RELEVANTES EM 2015	13
III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA.....	14
1. SÍNTESE DA ATIVIDADE	14
2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO.....	14
3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	15
4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO	16
5. RESSEGURO CEDIDO	17
6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	18
7. ATIVIDADE FINANCEIRA.....	18
8. PROVISÕES TÉCNICAS.....	19
9. GARANTIAS FINANCEIRAS	19
a) Representação das provisões técnicas.....	19
b) Margem de solvência.....	19
10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITAIS PRÓPRIOS	20
11. RECURSOS HUMANOS	20
12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO.....	21
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	22
V. PERSPETIVAS PARA 2016	22
a) A atividade económica.....	22
b) O enquadramento do mercado segurador	23
c) A estratégia para o triénio 2016-2018.....	23
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
CERTIFICAÇÕES	117

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretários	José Joaquim Fragoso António Ferreira Carvalho

Conselho de Administração

Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogais	Artur Luis Martins Pedro Miguel Moura Libano Monteiro

Comissão Executiva

Presidente	Fernando Dias Nogueira
Vogais	Artur Luis Martins Pedro Miguel Moura Libano Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vice-Presidente	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Silvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes

Comissão de Vencimentos

Vitor José Melícias Lopes
Norberto da Cunha Junqueiro F. Félix Pilar
José de Almeida Serra

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa registou em 2015 um crescimento positivo, confirmando um percurso de recuperação, mas ainda modesto. Dados do Instituto Nacional de Estatística, indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) terá aumentado 1,5% face a 2014. O crescimento do PIB, em 2015, reflete um maior contributo da procura interna, associado a um efeito menos negativo das exportações líquidas de importações.

A taxa de desemprego, em termos de média anual, atingiu 12,4% em 2015, o que representa uma diminuição de 1,5 pontos percentuais em relação a 2014. A população desempregada, estimada em 646,5 mil pessoas, diminui 11,0% em relação ao ano anterior (menos 79,5 mil pessoas). A população empregada, estimada em 4.548,7 mil pessoas, registou um acréscimo anual de 1,1%

Em 2015, o Índice de Preços no Consumidor apresentou um aumento médio anual de 0,5% (0,3% em 2014), refletindo a evolução da inflação subjacente e dos preços dos produtos alimentares não transformados. O índice da componente de bens passou de uma variação média de 1,1% em 2014 para -0,1% em 2015 e o índice da componente de serviços registou uma evolução média de 1,3% em 2015 (0,8% no ano anterior).

A dívida pública consolidada projetada para 2015 deverá atingir os 128,8% do PIB, face a 130,2% do PIB em 2014. O investimento aumentou 3,6%, abaixo dos 5,5% de 2014.

No que respeita às perspetivas para a área do Euro, a expectativa é de que a recuperação económica prossiga, embora a um ritmo lento. O Banco Central Europeu estima que o PIB real aumente 1,5% em 2015, 1,7% em 2016 e 1,9% em 2017. Espera-se que a inflação registre uma subida ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,6% em 2017. As perspetivas para a inflação foram revistas ligeiramente em baixa, refletindo, sobretudo, o efeito da queda nos preços do petróleo.

As autoridades europeias esperam, no entanto, que diversos fatores favoráveis continuem a apoiar uma retoma impulsionada pela procura interna em 2016 e 2017, estando em curso um conjunto de medidas de política monetária mais expansionistas.

2. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR NACIONAL

No ano de 2015, de acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o setor segurador português registou uma redução de produção de 11,4%, face ao ano anterior, em que tinha alcançado um crescimento de 9,1%. O volume de prémios de seguro direto ascendeu a 12,7 mil milhões de euros.

Esta evolução é explicada pela diminuição da produção do segmento Vida, na ordem dos 17,0%, em resultado da redução das contribuições para seguros de poupança, a que não é alheia a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a reduzida taxa de poupança dos particulares e a aproximação de um regime de solvência mais sensível aos riscos inerentes a garantias financeiras de médio e longo prazo. O ramo Vida alcançou um montante de prémios de 8,7 mil milhões de euros.

O mercado Não Vida, em 2015, revelou um progresso assinalável, com a maior taxa de crescimento dos últimos anos, que se situou em 3,8%. O volume de prémios ascendeu a 3,9 mil milhões de euros. Ainda que a maioria dos ramos tenham evoluído positivamente, o maior destaque vai para a modalidade Acidentes de Trabalho e o ramo Doença, que cresceram 7,8% e 7,5%, respetivamente. Em particular, na modalidade Acidentes de Trabalho, esta evolução decorre de um necessário processo de ajustamento tarifário, com vista à sua sustentabilidade.

No quadro a seguir, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro direto, por grandes agregados:

	(milhões de euros)					
Produção Vida/Não Vida	2015 (P)	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Total Vida	8.669	10.439	9.247	-17,0%	12,9%	33,5%
Seguros de Vida	6.499	8.401	7.314	-22,6%	14,9%	51,7%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	2.170	2.031	1.928	6,9%	5,3%	-1,3%
Operações de Capitalização	1	7	5	-90,3%	59,7%	-96,7%
Total Não Vida	3.994	3.849	3.856	3,8%	-0,2%	-3,2%
Acidentes e Doença	1.351	1.259	1.232	7,3%	2,2%	-2,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	556	516	511	7,8%	0,9%	-8,1%
<i>Acidentes Pessoais</i>	161	153	149	5,4%	2,6%	-1,6%
<i>Doença</i>	633	589	571	7,5%	3,3%	3,2%
Incêndio e Outros Danos	764	749	759	2,0%	-1,5%	-0,7%
Automóvel	1.471	1.449	1.478	1,5%	-2,0%	-5,8%
Transportes	55	58	64	-5,8%	-8,8%	-2,1%
Responsabilidade Civil Geral	112	108	106	4,3%	1,6%	-6,7%
Diversos	241	227	217	6,4%	4,5%	3,9%
TOTAL	12.664	14.289	13.104	-11,4%	9,1%	20,1%

Fonte: Produção de seguro direto. 2015. APS

II. FACTOS RELEVANTES EM 2015

No exercício de 2015, a Lusitania manteve uma atuação intensa no canal de Mediação, através do desenvolvimento de ações comerciais específicas com o objetivo de fortalecer as parcerias com os Agentes e, também, para a captação de novos parceiros de negócio.

Com efeito, foi alargada a Linha do Mediador a um maior número de parceiros de negócio, potenciando e acrescentando valor ao serviço prestado pela nossa rede de vendas. Reforçou-se a aposta na dinamização das vendas em zonas onde a Lusitania ainda apresenta uma quota de mercado inferior à sua quota nacional. O projeto Lojas Lusitania foi consolidado, conforme planeado, tendo-se prosseguido o alargamento da representação geográfica da Companhia, através do estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras.

Foram promovidos encontros comerciais quadrimestrais e reuniões específicas de dinamização comercial, destacando-se, pela sua importância, as realizadas com os Agentes Loja.

Ao nível dos produtos, procedeu-se ao relançamento dos produtos saúde e multirriscos condomínio, ao melhoramento da oferta automóvel com o lançamento de novas coberturas e, simultaneamente, foram realizadas ações de formação com o objetivo de aumentar as competências e conhecimentos da rede de distribuição.

A Plataforma de Negócios foi objeto de atualização da informação e funcionalidades, permitindo uma maior autonomia e capacidade de resposta por parte da rede de distribuição à gestão do negócio.

Manteve-se uma atenção especial na relação com a Caixa Económica Montepio Geral, tendo sido partilhados objetivos ambiciosos para aumentar a quota de distribuição da Bancasseguros.

Continuando o enfoque na inovação que tem pautado a atuação da Lusitania, foram implementados projetos de grande importância e impacto na atividade. Entre estes projetos conta-se um modelo pioneiro de *Disaster Recovery* na *Cloud*.

No exercício de 2015, após a fase de análise, foi iniciado o Programa Viriato, com o objetivo de implementar a substituição integral do sistema informático por uma ferramenta reconhecida internacionalmente como uma solução inovadora. Mais do que um projeto de alteração do sistema informático, este programa constitui um processo de transformação com vista a permitir atingir os objetivos estratégicos da Lusitania. O enfoque na configuração, agilidade, simplicidade, produtividade, eficiência e eficácia dos processos de trabalho são os fatores chave para construir o futuro da empresa.

III. A ATIVIDADE DA LUSITANIA

1. SÍNTESE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2015, a atividade da Lusitania centrou-se nos objetivos de negócio, fortalecendo os vetores de desenvolvimento que irão permitir alcançar as metas definidas no plano estratégico da empresa. Na perspetiva financeira, a Companhia definiu um plano de sustentabilidade financeira com o apoio do acionista Montepio Seguros SGPS S.A., de forma a criar as condições necessárias para o novo Regime Solvência II.

Não obstante a conjuntura económica e financeira com perspetivas de crescimento reduzido e lento, a Lusitania consolidou uma tendência de crescimento da produção de seguro direto. O crescimento dos prémios brutos emitidos situou-se acima da média do mercado, decorrente, essencialmente, da captação de novo negócio, retenção de clientes e ajustamento de preços.

O resultado líquido do exercício registou um valor negativo no montante de 43 milhões de euros, refletindo um conjunto de ajustamentos não recorrentes, que ascenderam a um volume próximo de 35 milhões de euros. Estes efeitos permitiram a redução de contingências futuras e um balanço prudencial mais robusto.

2. PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

Os prémios processados apresentaram um acréscimo na atividade de 5,5%, em relação ao ano anterior, fixando-se em 184,8 milhões de euros. Este crescimento registou-se na

maioria dos ramos principais, tendo sido mais expressivo na modalidade Acidentes de Trabalho, que apresentou um crescimento de 25,1%. No ramo Automóvel, a Companhia reforçou a sua trajetória de recuperação, alcançando no exercício de 2015 um crescimento de 2% face ao ano anterior.

(milhares de euros)

Prémios de seguro direto	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	61.446	51.264	45.051	19,9%	13,8%	-16,7%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	41.817	33.432	27.567	25,1%	21,3%	-21,5%
<i>Acidentes Pessoais</i>	6.996	6.632	6.674	5,5%	-0,6%	-5,8%
<i>Doença</i>	12.633	11.200	10.810	12,8%	3,6%	-9,0%
Incêndio e Outros Danos	41.905	40.636	39.567	3,1%	2,7%	-3,7%
Automóvel	68.624	67.251	67.258	2,0%	0,0%	-20,9%
Transportes	6.151	9.443	10.547	-34,9%	-10,5%	-12,6%
Responsabilidade Civil Geral	4.678	4.743	4.623	-1,4%	2,6%	-3,2%
Diversos	1.996	1.890	2.064	5,6%	-8,4%	-13,1%
TOTAL	184.801	175.229	169.111	5,5%	3,6%	-15,2%

*Prémios de seguro direto líquidos de resseguro aceite.

3. CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

Em 2015, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 132,7 milhões de euros, registando-se um aumento de 12,6 milhões de euros face ao ano anterior.

O aumento do montante de sinistros justifica-se, essencialmente, pela modalidade Acidentes de Trabalho e pelo ramo Doença, que registaram um acréscimo de custos, face ao exercício de 2014, na ordem dos 18,4 milhões de euros.

(milhares de euros)

Custos com sinistros de seguro direto	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	58.399	39.625	36.257	47,4%	9,3%	-28,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	45.784	29.453	26.719	55,4%	10,2%	-31,5%
<i>Acidentes Pessoais</i>	2.339	1.986	1.806	17,8%	9,9%	-2,1%
<i>Doença</i>	10.276	8.186	7.731	25,5%	5,9%	-22,0%
Incêndio e Outros Danos	16.620	21.604	25.142	-23,1%	-14,1%	-6,8%
Automóvel	46.032	45.202	54.912	1,8%	-17,7%	-27,8%
Transportes	9.812	14.422	18.829	-32,0%	-23,4%	68,1%
Responsabilidade Civil Geral	1.416	-1.003	2.349	241,2%	-142,7%	-0,3%
Diversos	420	209	621	100,7%	-66,3%	-54,7%
TOTAL	132.700	120.059	138.109	10,5%	-13,1%	-18,2%

A taxa de sinistralidade da Lusitania, calculada em função dos prémios adquiridos, registou um acréscimo de 3,8 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, aumentando de 68,5% para 72,2%. A taxa de sinistralidade foi afetada pela redução em 0,5 pontos percentuais da taxa de desconto utilizada na modalidade Acidentes de Trabalho, que se situou, no final de 2015, em 3,75%.

Taxa de sinistralidade	2015	2014	2013
Acidentes e Doença	96,6%	78,5%	83,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	110,1%	89,0%	97,4%
<i>Acidentes Pessoais</i>	36,9%	31,9%	34,1%
<i>Doença</i>	82,2%	73,6%	72,8%
Incêndio e Outros Danos	40,1%	53,1%	63,9%
Automóvel	66,7%	66,7%	78,8%
Transportes	157,2%	147,9%	177,3%
Responsabilidade Civil Geral	30,6%	-21,1%	53,9%
Diversos	21,0%	10,6%	30,4%
TOTAL	72,2%	68,5%	81,5%

Taxas em função de prémios brutos adquiridos.

4. CUSTOS DE EXPLORAÇÃO DE SEGURO DIRETO

Os custos de exploração, em valor absoluto, registaram um acréscimo em 2015, tendo atingido 24,6 milhões de euros, face aos 20,3 milhões de euros de 2014, o que representa um aumento de 21,5%.

(milhares de euros)						
Custos de exploração	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	7.806	5.776	5.633	35,1%	2,5%	-22,6%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	5.547	3.610	3.657	53,7%	-1,3%	-24,3%
<i>Acidentes Pessoais</i>	1.041	1.033	896	0,7%	15,4%	-28,5%
<i>Doença</i>	1.219	1.133	1.081	7,5%	4,8%	-9,4%
Incêndio e Outros Danos	6.481	5.914	6.048	9,6%	-2,2%	-4,8%
Automóvel	9.227	7.471	6.930	23,5%	7,8%	-24,7%
Transportes	389	338	358	15,0%	-5,6%	-26,4%
Responsabilidade Civil Geral	549	585	520	-6,3%	12,6%	-23,3%
Diversos	187	187	187	0,2%	-0,1%	-26,2%
TOTAL	24.639	20.272	19.676	21,5%	3,0%	-18,8%

A taxa de comissionamento, em função dos prémios brutos emitidos, registou em acréscimo de 1,6 pontos percentuais, passando de 11,6% para 13,3%, como se evidencia no quadro seguinte.

Taxa de comissionamento	2015	2014	2013
Acidentes e Doença	12,7%	11,3%	12,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	13,3%	10,8%	13,3%
<i>Acidentes Pessoais</i>	14,9%	15,6%	13,4%
<i>Doença</i>	9,6%	10,1%	10,0%
Incêndio e Outros Danos	15,5%	14,6%	15,3%
Automóvel	13,4%	11,1%	10,3%
Transportes	6,3%	3,6%	3,4%
Responsabilidade Civil Geral	11,7%	12,3%	11,2%
Diversos	9,4%	9,9%	9,1%
TOTAL	13,3%	11,6%	11,6%

5. RESSEGURO CEDIDO

O resultado de resseguro cedido, em 2015, foi favorável aos resseguradores, em 15,6 milhões de euros, tendo reduzido 6,5%, quando comparado com 2014.

(milhares de euros)

Resultado de resseguro cedido	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Acidentes e Doença	-99	-242	-1.601	-59,0%	-84,9%	-294,8%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	195	76	-376	156,9%	-120,2%	-295,8%
<i>Acidentes Pessoais</i>	-212	-230	-1.165	-7,4%	-80,3%	-257,0%
<i>Doença</i>	-82	-89	-60	-7,6%	48,1%	-46,4%
Incêndio e Outros Danos	-9.784	-8.525	-4.608	14,8%	85,0%	-1115,0%
Automóvel	-5.538	-5.251	-4.344	5,5%	20,9%	-9,4%
Transportes	304	-240	206	-226,3%	-216,6%	-117,7%
Responsabilidade Civil Geral	-507	-2.233	-1.242	-77,3%	79,8%	-17,0%
Diversos	56	-160	-20	-134,7%	699,2%	-102,4%
TOTAL	-15.570	-16.652	-11.608	-6,5%	43,4%	116,6%

6. CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

No exercício de 2015, os custos por natureza representaram 22,5% dos prémios adquiridos de seguro direto e registaram um acréscimo de 0,6%, face a 2014.

(milhares de euros)

Custos por natureza	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Gastos com Pessoal	21.403	23.865	22.527	-10,3%	5,9%	3,0%
Fornecimento e Serviços Externos	13.022	10.512	10.271	23,9%	2,3%	-10,3%
Impostos e Taxas	1.866	1.514	1.753	23,3%	-13,6%	-11,8%
Depreciações e Amortizações do Exercício	3.662	3.864	4.089	-5,2%	-5,5%	-5,2%
Juros Suportados	844	811	948	4,0%	-14,4%	-24,5%
Comissões	472	451	632	4,6%	-28,7%	32,6%
Total	41.268	41.017	40.220	0,6%	2,0%	-2,7%

7. ATIVIDADE FINANCEIRA

Em 2015, a carteira da Companhia atingiu o valor aproximado de 338,4 milhões de euros, mais 18,8 milhões que no ano anterior, e é constituída, essencialmente, por títulos do estado, por fundos de investimento e por imóveis.

(milhares de euros)

Atividade financeira	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Coleção Lusitania	5.926	5.926	5.926	0,0%	0,0%	0,1%
Obrigações de outros emitentes	55.960	54.562	63.439	2,6%	-14,0%	-22,4%
Fundos de Investimento	70.768	12.076	16.251	486,0%	-25,7%	-33,8%
Ações	30.419	47.225	33.925	-35,6%	39,2%	15,4%
Empréstimos	4.466	14.783	26.798	-69,8%	-44,8%	-0,8%
Imóveis	68.670	75.965	76.863	-9,6%	-1,2%	-2,0%
Obrigações de Dívida Pública	80.226	81.020	100.412	-1,0%	-19,3%	26,0%
Liquidez	21.929	28.014	15.240	-21,7%	83,8%	-59,0%
TOTAL	338.364	319.571	338.854	5,9%	-5,7%	-6,9%
Resultados financeiros líquidos	-14.930	14.973	17.283	-199,7%	-13,4%	37,1%

Os resultados financeiros perfazem o montante negativo de 14,9 milhões de euros, tendo-se verificado um decréscimo de 199,7%, em relação a 2014, em virtude do reconhecimento de diversas imparidades.

8. PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2015, o valor de 316,3 milhões de euros, representando um acréscimo de 2,4%, relativamente a 2014.

(milhares de euros)

Provisões técnicas de seguro direto	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Provisão para prémios não adquiridos	44.519	43.268	43.583	2,9%	-0,7%	-4,1%
Provisões para sinistros	252.725	249.545	263.234	1,3%	-5,2%	-2,8%
<i>Acidentes de trabalho</i>	134.903	123.995	124.852	8,8%	-0,7%	-1,7%
<i>Outros ramos</i>	117.822	125.550	138.382	-6,2%	-9,3%	-3,7%
Outras provisões técnicas	19.028	16.027	15.572	18,7%	2,9%	57,3%
TOTAL	316.271	308.840	322.389	2,4%	-4,2%	-1,2%
Rácio sobre prémios brutos emitidos	171,1%	176,2%	190,6%	-5,1	-14,4	27,1

O rácio de provisionamento global, em 2015, diminuiu 5,1 pontos percentuais, face a 2014, situando-se em 171,1%.

9. GARANTIAS FINANCEIRAS

a) Representação das provisões técnicas

Face ao montante registado em investimentos financeiros e em responsabilidades técnicas, a Lusitania apresentou um rácio de cobertura de 107%, em 2015, que compara com 103,5%, em 2014, devido ao reforço da componente de investimentos financeiros em cerca de 18,8 milhões de euros e das provisões técnicas em 7,4 milhões de euros.

(milhares de euros)

Cobertura das provisões técnicas	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Provisões técnicas	316.271	308.840	322.389	2,4%	-4,2%	-1,2%
Investimentos financeiros	338.364	319.571	338.854	5,9%	-5,7%	-6,9%
Rácio de cobertura	107,0%	103,5%	105,1%	3,5	-1,6	-6,5

b) Margem de solvência

A margem de solvência da Lusitania, calculada de acordo com o normativo em vigor, era, em 31 de dezembro de 2015, de 35,1 milhões de euros, com um capital disponível de 50,3 milhões de euros, equivalente a 143,5% das responsabilidades.

(milhares de euros)

Solvência	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Margem de solvência	35.088	35.088	37.539	0,0%	-6,5%	-1,2%
Elementos constitutivos	50.336	31.615	40.319	59,2%	-21,6%	-34,8%
Cobertura da margem de solvência	143,5%	90,1%	107,4%	53,4	-17,3	-55,3

10. RESULTADO LÍQUIDO E CAPITALS PRÓPRIOS

Os capitais próprios sofreram uma variação positiva de 13,1 milhões de euros, face a 2014, atingindo 60,1 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício registou um agravamento de 28,2 milhões de euros, face a 2014, atingindo os 43,2 milhões de euros negativos.

Este resultado incorpora ajustamentos de cerca de 36 milhões de euros, não imputáveis ao exercício de 2015 (v.g.: correção de taxa de desconto das responsabilidades da modalidade Acidentes de Trabalho de 4,25% para 3,75%; correção de créditos fiscais, por ajustamento de valores de recuperabilidade de imposto decorrentes do Plano de Negócio 2016-2020, eliminação da exposição ao mercado marítimo internacional, imparidades de imóveis e outras participações, bem como várias imparidades de menor valor).

(milhares de euros)

Capitais próprios	2015	2014	2013	Δ 15/14	Δ 14/13	Δ 13/12
Capital social	12.500	12.500	26.000	0,0%	-51,9%	0,0%
Outros instrumentos de capital	106.161	44.661	66.546	137,7%	-32,9%	0,0%
Reservas	3.214	4.826	3.378	-33,4%	42,9%	25,7%
Resultados transitados	-18.617	0	-27.217	0,0%	-100,0%	148,3%
Resultado líquido	-43.170	-15.017	-22.252	187,5%	32,5%	-36,9%
Capitais próprios	60.088	46.970	46.455	27,9%	1,1%	-31,7%

11. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2015, o quadro de pessoal da Companhia registou um decréscimo de 2,0%, face ao ano de 2014. O número de colaboradores era de 543, menos 11 que no ano anterior. No exercício findo, foram admitidos 10 colaboradores e registaram-se 21 saídas, menos 27 que no ano 2014. Das saídas ocorridas, 2 deveram-se a situações de pré-reforma.

A idade média dos colaboradores passou de 42,4 para 43,2 anos e a antiguidade aumentou de 14,2 para 14,5 anos. Na distribuição por género, 46,4% dos colaboradores são do sexo feminino e 53,6% do sexo masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, consolidou-se a tendência de crescimento do peso relativo dos agregados ensino médio e superior, evoluindo para 46,4%, no ano em análise, face a 45,8%, em 2014.

A atividade de formação, no ano 2015, desenvolveu-se tanto para colaboradores da Lusitania como para mediadores. Os cursos e ações formativas em *e-learning* e presenciais realizados para os colaboradores da Lusitania contaram com 304 formandos, em 120 ações e 687 participações, num total de 6.326 horas.

Foram realizadas 9 ações destinadas a mediadores da Companhia, envolvendo 141 pessoas, totalizando 295 horas e promoveram-se 2 novas sessões do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros, nas quais participaram 82 colaboradores dos agentes da Lusitania e 68 trabalhadores do Montepio.

No quadro da formação à distância realizou-se uma nova edição do Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros, para um universo de 81 formandos, num total de 8.100 horas.

No ano de 2015, a Lusitania proporcionou pela primeira vez aos seus colaboradores um conjunto de serviços regulares médicos e de enfermagem, no âmbito da medicina curativa. Com efeito, em Lisboa foram realizadas 253 consultas e no Porto 139 consultas. No que se refere à medicina do trabalho, os exames periódicos totalizaram 254 e os intercalares 139.

12. SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLO INTERNO

Em 2015, manteve-se o ritmo de implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. A Lusitania prosseguiu a instalação da solução informática de apoio à preparação para o Regime Solvência II. Foram desenvolvidas as ações de adequação do modelo de governação, com a definição das políticas de gestão de risco previstas nas

Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, tendo ainda sido promovido o exercício de Autoavaliação dos Riscos e Solvência.

No que se refere às funções chave de Auditoria Interna e de Gestão de Riscos, foi efetuada a monitorização e acompanhamento da implementação das recomendações do Auditor Externo, no âmbito dos Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 43.169.705,15 euros negativos, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2016

a) A atividade económica

As projeções económicas para 2016 apontam para um crescimento global de 3,4%. Espera-se uma recuperação gradual das economias mais desenvolvidas e nas economias em desenvolvimento prevê-se uma melhoria das atividades, face a 2015. No que se refere a estas economias, mantêm-se os riscos relativos ao abrandamento generalizado do crescimento.

Em particular na zona Euro, segundo as projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu, estima-se que o PIB real aumente 1,7% em 2016 e 1,9% em 2017.

Relativamente às estimativas para a inflação que foram revistas em baixa desde setembro, principalmente pela descida no preço do petróleo, as projeções apontam para um aumento em 2016 e 2017, devendo atingir neste último ano os 1,6%.

A melhoria das condições no mercado de trabalho na área do Euro deverá prosseguir ao longo do horizonte de projeção. O número de empregados deverá continuar a aumentar em 2016 e 2017, impulsionado pela recuperação económica e incentivos orçamentais em alguns países.

A presente conjuntura económica, apesar de não estar isenta de riscos relevantes, cria as condições para uma melhoria da confiança dos consumidores e, também, uma expectativa de melhoria dos rendimentos.

b) O enquadramento do mercado segurador

No ano de 2015, o setor segurador português foi caracterizado por mudanças estruturais, tanto ao nível dos operadores, como em termos da sustentabilidade dos principais ramos, com particular destaque para a modalidade Acidentes de Trabalho e ramo Automóvel.

O mercado evidenciou um processo de correção na modalidade Acidentes de Trabalho, embora a níveis ainda insuficientes, situação que não foi visível, todavia, no ramo Automóvel. No entanto, a atividade evoluiu de forma positiva, tendo sido registado um crescimento de 3,8% no setor Não Vida, após anos de redução da produção e diminuição da rentabilidade, devido a um ambiente de forte concorrência pelo preço.

O ano 2016 vai ser pautado pela gestão num novo regime prudencial, Regime Solvência II, que determina uma governação exigente e uma gestão muito criteriosa dos capitais das seguradoras. Este enorme desafio implicará, necessariamente, um processo acelerado de recuperação da sustentabilidade técnica dos ramos, que deverão enfrentar, ainda, um período longo de baixas taxas de juro e elevada incerteza nos mercados financeiros.

c) A estratégia para o triénio 2016-2018

A Lusitania, nos próximos anos, irá centrar a sua atividade na implementação de medidas estruturantes para consolidar o crescimento operacional com sustentabilidade, reforçar a qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes e preparar as condições económicas para atingir os objetivos em Solvência II.

Com efeito, no âmbito do período de transição no Regime Solvência II, a Companhia vai utilizar a medida transitória relativamente a provisões técnicas, sujeita a aprovação pelo Supervisor, bem como rever as exposições a um conjunto de ativos financeiros, de forma a cumprir com os Requisitos de Capital.

Na área do negócio, mantêm-se como prioridades o reforço das alianças com a rede de mediação e o fortalecimento das parcerias, bem como a intensificação da atividade no canal bancário.

Está em curso um ambicioso programa de transformação da empresa – Programa Viriato – que, para além da substituição integral do sistema informático por uma nova solução, permitirá a criação das condições para a Companhia definir a sua oferta de forma mais dinâmica e inovadora, com uma enorme capacidade de adaptação à evolução do mercado, do negócio e da concorrência. Serão estes os vetores que permitirão à Lusitania retomar o percurso dos resultados positivos com criação de valor.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração deixa uma palavra de profundo agradecimento ao Senhor Dr. Virgílio Lima, que cessou funções e regressou ao Montepio Geral como Administrador da Associação Mutualista, pelo profissionalismo, competência e dedicação que evidenciou em todos os momentos da vida da Lusitania.

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores, a Associação Nacional de Agentes e Corretores de Seguros e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Os Clientes, Agentes, Corretores e Resseguradores;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

Artur Luís Martins
Administrador

Pedro Miguel Moura Libano Monteiro
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2015

Balanço em 31 de dezembro de 2015

Notas do anexo	ATIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Reexpresso* 31-12-2014
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.524.026	-	11.524.026	12.739.961
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18.346.268	-	18.346.268	27.896.268
5	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
6	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.132.451	-	2.132.451	2.573.925
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	191.807.144	-	191.807.144	137.711.763
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	14.870.941	-	14.870.941	30.056.721
	Depósitos junto de empresas cedentes	161.842	-	161.842	189.111
	Outros depósitos	10.405.167	-	10.405.167	15.273.589
	Empréstimos concedidos	4.303.933	-	4.303.933	14.594.022
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
6	Investimentos a deter até à maturidade	25.086.887	-	25.086.887	26.701.387
9	Terrenos e edifícios	68.670.195	5.399.764	63.270.432	70.823.615
	Terrenos e edifícios de uso próprio	41.123.732	5.399.764	35.723.968	44.960.739
	Terrenos e edifícios de rendimento	27.546.463	-	27.546.463	25.862.876
10	Outros ativos tangíveis	23.912.061	14.899.434	9.012.627	8.854.360
	Inventários	-	-	-	-
12	Goodwill	18.673.846	-	18.673.846	18.673.846
12	Outros ativos intangíveis	26.599.807	10.197.121	16.402.686	13.492.721
4,1	Provisões técnicas de resseguro cedido	32.143.490	-	32.143.490	31.606.285
	Provisão para prémios não adquiridos	7.773.793	-	7.773.793	7.074.360
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	24.369.697	-	24.369.697	24.531.925
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
23	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
37,2	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	64.866.697	4.211.725	60.654.971	56.788.088
	Contas a receber por operações de seguro direto	46.246.053	742.937	45.503.116	41.649.520
	Contas a receber por operações de resseguro	4.662.659	-	4.662.659	4.863.159
	Contas a receber por outras operações	13.957.985	3.468.788	10.489.196	10.275.409
24	Ativos por impostos e taxas	16.738.016	-	16.738.016	10.962.497
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	-
	Ativos por impostos diferidos	16.738.016	-	16.738.016	10.962.497
	Acréscimos e diferimentos	4.198.345	-	4.198.345	3.275.900
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	519.570.174	34.708.044	484.862.130	452.157.337

* O resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi reexpresso de acordo com nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

Artur Luís Martins
Vogal

Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Valor	Exercício Reexpresso* 31-12-2014
	PASSIVO		
4,1	Provisões técnicas	316.271.090	308.839.510
	Provisão para prémios não adquiridos	44.518.734	43.268.055
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	252.724.579	249.544.570
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	134.902.700	123.994.776
	De outros ramos	117.821.879	125.549.794
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	6.753.116	6.235.965
	Provisão para riscos em curso	12.274.662	9.790.920
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
5,6,3	Outros passivos financeiros	25.944.456	18.699.189
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	18.500.000	11.500.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	7.444.456	7.199.189
	Outros	-	-
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.324.216	2.792.915
37,3	Outros credores por operações de seguros e outras operações	17.808.921	22.328.597
	Contas a pagar por operações de seguro direto	9.029.267	8.691.703
	Contas a pagar por operações de resseguro	4.976.900	4.842.656
	Contas a pagar por outras operações	3.802.754	8.794.238
24	Passivos por impostos e taxas	9.435.348	9.744.661
	Passivos por impostos correntes	9.435.348	9.744.661
	Passivos por impostos diferidos	-	-
37,1	Acréscimos e diferimentos	45.210.031	38.354.219
13	Outras provisões	7.780.178	8.028.202
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	424.774.241	408.787.293
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	12.500.000	12.500.000
	(Ações Próprias)	-	-
29,2	Outros instrumentos de capital	106.160.848	44.660.848
26	Reservas de reavaliação	(5.090.277)	(2.952.931)
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(5.090.277)	(2.952.931)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
26	Reserva por impostos diferidos	1.298.021	752.997
26	Outras reservas	7.006.220	7.026.348
	Resultados transitados	(18.617.218)	-
	Resultado do exercício	(43.169.705)	(18.617.218)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	60.087.889	43.370.044
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	484.862.130	452.157.337

* O resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi reexpresso de acordo com nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

Artur Luís Martins
Vogal

Pedro Miguel Moura Libano Monteiro
Vogal

Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2015

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício Reexpresso* 31-12-2014
14	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	157.024.035		157.024.035	147.991.244
	Prêmios brutos emitidos	187.875.679		187.875.679	177.752.286
	Prêmios de resseguro cedido	30.287.870		30.287.870	30.122.724
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	1.263.207		1.263.207	(306.774)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	699.433		699.433	54.909
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	135.708.977		135.708.977	122.524.776
	Montantes pagos	133.842.984		133.842.984	135.105.888
	Montantes brutos	144.232.075		144.232.075	144.273.752
	Parte dos resseguradores	10.389.091		10.389.091	9.167.865
	Provisão para sinistros (variação)	1.865.993		1.865.993	(12.581.112)
	Montante bruto	1.719.780		1.719.780	(12.211.265)
	Parte dos resseguradores	(146.212)		(146.212)	369.847
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)				-
	Montante bruto				-
	Parte dos resseguradores				-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-		-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	3.000.893		3.000.893	455.065
	Custos e gastos de exploração líquidos	50.516.378		50.516.378	46.500.254
	Custos de aquisição	40.862.220		40.862.220	36.650.056
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(12.529)		(12.529)	(7.941)
	Gastos administrativos	13.442.077		13.442.077	13.736.713
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	3.775.390		3.775.390	3.878.574
16.2	Rendimentos	5.621.218	7.844	5.629.062	6.523.256
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	3.452.173	-	3.452.173	5.224.296
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	2.169.045	7.844	2.176.889	1.298.960
21.1	Gastos financeiros	1.242.039	135.330	1.377.368	1.328.021
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	1.242.039	135.330	1.377.368	1.328.021
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	694.382	-	694.382	12.714.540
	De ativos disponíveis para venda	695.102	-	695.102	12.698.828
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	(719)	-	(719)	15.712
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
17, 18	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(441.474)	-	(441.474)	(2.306.156)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	2.169
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(441.474)	-	(441.474)	(2.308.326)
19	Diferenças de câmbio	-	17.987	17.987	3.652
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	7.907.192	8.570.659	16.477.851	612.099
	De ativos disponíveis para venda	7.907.192	-	7.907.192	928.966
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	(953.410)	(953.410)	(571.501)
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	9.524.069	9.524.069	254.634
37.4	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(2.742.896)	-	(2.742.896)	(770.039)
18.1	Outras provisões (variação)	-	(248.024)	(248.024)	4.002.437
37.5	Outros rendimentos/gastos	-	(1.432.426)	(1.432.426)	(1.675.159)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	(38.220.212)	(9.864.560)	(48.084.772)	(12.941.315)
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	270.273	70.202	340.476	401.047
24.1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	(4.171.907)	(1.083.636)	(5.255.543)	5.274.857
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			(43.169.705)	(18.617.218)

* O resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi reexpresso de acordo com nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de AdministraçãoEduardo José da Silva Farinha
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Artur Luís Martins
*Vogal*Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
*Vogal***Demonstração do rendimento integral em 31 de dezembro de 2015**

Notas do anexo	Demonstração do Rendimento Integral	2015	2014 Reexpresso*
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Reserva do justo valor		
26	Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.137.346)	1.244.912
24	Impostos ativos financeiros disponíveis para venda	545.023	(401.409)
		(1.592.323)	843.503
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
	Desvios atuariais do exercício		
23	Valor Bruto	4.920	150.984
24	Impostos correntes e diferidos	(25.047)	(57.072)
		(20.127)	93.912
	Outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(1.612.450)	937.414
	Resultado líquido do exercício	(43.169.705)	(18.617.218)
	Total do rendimento integral do exercício	(44.782.155)	(17.679.804)

* O resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi reexpresso de acordo com nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de AdministraçãoEduardo José da Silva Farinha
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Artur Luís Martins
*Vogal*Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015

	2015	2014
Atividades Operacionais		
Recebimentos de prémios	112.380.794	109.992.059
Recebimentos de reembolsos	3.134.942	3.840.355
Recebimentos de operações de cosseguro	1.776.626	1.188.896
Recebimentos de operações de resseguro	5.620.459	3.352.102
Pagamentos de sinistros	(87.044.126)	(100.406.152)
Pagamentos de comissões	(1.848.141)	(1.660.198)
Pagamentos de estornos	(1.400.266)	(1.081.775)
Pagamentos de operações de cosseguro	(1.354.577)	(200.510)
Pagamentos de operações de resseguro	(21.074.369)	(18.417.520)
Pagamentos a fornecedores	(447.040)	(4.810.007)
Pagamentos ao pessoal	(11.764.881)	(12.887.851)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	(37.328.063)	(35.258.204)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	48.308.222	25.602.362
<i>Fluxo das atividades operacionais</i>	8.959.580	(30.746.443)
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	116.396.558	196.341.597
Ativos tangíveis	800	-
Ativos intangíveis	306.091	-
Subsídios de investimento	-	-
Rendas de propriedades de investimento	77.997	68.338
Juros e proveitos similares	2.917.303	5.246.303
Dividendos	713.790	74.307
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	(192.683.540)	(156.854.511)
Ativos tangíveis	(1.148.457)	(1.554.064)
Ativos intangíveis	(4.584.738)	(65.857)
<i>Fluxo das atividades de investimento</i>	(78.004.197)	43.256.114
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	19.300.000	95.000.360
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	61.500.000	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(12.300.000)	(101.012.031)
Amortização de contratos de locação financeira	-	(4.310)
Juros e custos similares	(674.902)	(510.843)
Dividendos	-	2.295
Reduções de capital e prestações suplementares	-	(3.407.448)
Aquisição de ações (quotas) próprias	-	-
<i>Fluxo das atividades de financiamento</i>	67.825.098	(9.931.976)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1.219.519)	2.577.694
Efeitos das diferenças de câmbio	3.584	1.691
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.739.961	10.160.576
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.524.026	12.739.961

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteArtur Luís Martins
VogalPedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

Demonstração das alterações do capital próprio em 31 de dezembro de 2015

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas				Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Reserva estatutária	Prêmios de emissão	Outras reservas			
Balanco a 31 de Dezembro 2013	26.000.000	66.546.001	(4.197.843)	1.154.407	3.085.568	1.234.053	-	2.101.795	(27.216.637)	(22.252.344)	46.455.001
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.244.912	-	-	-	-	-	-	-	1.244.912
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(401.409)	-	-	-	-	-	-	(401.409)
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.252.344)	22.252.344	-
Aumento de capital	24.000.000	(21.885.153)	-	-	-	-	12.480.000	-	-	-	14.594.847
Redução de capital	(37.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	37.500.000	-	-
Cobertura de resultados transitados	-	-	-	-	-	-	(11.968.981)	-	11.968.981	-	-
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	93.912	-	-	93.912
Total das variações do capital próprio	(13.500.000)	(21.885.153)	1.244.912	(401.409)	-	-	511.020	93.912	27.216.637	22.252.344	15.532.261
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.617.218)	(18.617.218)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco a 31 de Dezembro 2014 reexpresso*	12.500.000	44.660.848	(2.952.931)	752.997	3.085.568	1.234.053	511.020	2.195.707	(0)	(18.617.218)	43.370.044
Balanco de abertura alterado	12.500.000	44.660.848	(2.952.931)	752.997	3.085.568	1.234.053	511.020	2.195.707	(0)	(18.617.218)	43.370.044
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(2.137.346)	-	-	-	-	-	-	-	(2.137.346)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	545.023	-	-	-	-	-	-	545.023
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.617.218)	18.617.218	-
Aumento de capital	-	61.500.000	-	-	-	-	-	-	-	-	61.500.000
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(20.127)	-	-	(20.127)
Total das variações do capital próprio	-	61.500.000	(2.137.346)	545.023	-	-	-	(20.127)	(18.617.218)	18.617.218	59.887.550
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.169.705)	(43.169.705)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco a 31 de Dezembro 2015	12.500.000	106.160.848	(5.090.277)	1.298.021	3.085.568	1.234.053	511.020	2.175.579	(18.617.218)	(43.169.705)	60.087.888

* O resultado do exercício de 31 de Dezembro de 2014 foi reexpresso de acordo com nota 24 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 2 de março de 2016

O Contabilista Certificado

Albertino Soares

O Responsável Financeiro

Jorge Oliveira

O Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

Artur Luís Martins
Vogal

Pedro Miguel Moura Líbano Monteiro
Vogal

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações gerais

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Lusitania, foi constituída em 6 de junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos Não Vida, com exceção do ramo de seguros de crédito, para a qual obteve as devidas autorizações por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das ações da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de ativos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também a aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das ações), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal direto, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de novembro de 2009, à aquisição de 85% das respetivas ações. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), então Instituto de Seguros de Portugal (ISP), para a compra dos seus ativos e passivos, em 23 de dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos ativos e passivos provindos da Mutuamar concretizou-se em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principais canais de distribuição a rede de mediadores e o canal bancário.

As notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 2 de março de 2016.

As demonstrações financeiras agora apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras da Montepio Seguros, SGPS, S.A., entidade que controla a Lusitania. Estas são depois consolidadas na empresa-mãe Montepio Geral - Associação Mutualista.

2. Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos da Companhia são: Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos operacionais em 2015 e 2014 pode ser analisado como se segue:

	2015				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	187.875.679	61.446.412	44.979.542	68.623.608	12.826.117
Prémios de resseguro cedido	30.287.870	1.713.308	16.871.309	5.969.484	5.733.768
Prémios brutos adquiridos	186.612.472	60.450.574	44.323.217	68.975.537	12.863.143
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	(6.007.020)	(2.940.049)	(733.623)	(1.861.586)	(471.762)
Custos com sinistros brutos	145.951.856	63.966.138	19.884.856	50.046.717	12.054.143
Custos de exploração brutos	54.291.769	15.635.449	10.721.161	24.575.851	3.359.308
Resultado técnico	(38.170.213)	(21.838.660)	2.719.481	(16.613.420)	(2.437.614)
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ^{(2) (3)}	363.309.923	221.856.786	33.835.759	85.859.040	21.758.338
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	326.116.789	149.540.148	42.237.343	107.178.259	27.161.040

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2015, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas.

	2014				
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	177.752.286	51.263.975	43.160.118	67.251.084	16.077.109
Prémios de resseguro cedido	30.122.725	1.472.041	16.505.876	6.178.561	5.966.247
Prémios brutos adquiridos	178.059.060	50.458.242	43.368.699	67.742.642	16.489.477
Resultado dos investimentos ⁽¹⁾	13.816.459	10.859.308	558.442	1.835.677	563.031
Custos com sinistros brutos	132.062.487	43.875.681	24.842.988	49.410.281	13.933.537
Custos de exploração brutos	50.378.829	13.499.318	11.094.782	22.990.168	2.794.561
Resultado técnico	(7.667.181)	4.593.034	(84.098)	(9.124.802)	(3.051.315)
Ativos elegíveis afectos à representação das provisões técnicas ^{(2) (3)}	320.340.791	138.269.985	40.827.701	110.030.796	31.212.308
Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite	318.672.680	136.919.780	40.756.414	109.838.676	31.157.810

⁽¹⁾: Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾: Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾: Em 2014, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas.

As provisões técnicas, evidenciadas nos quadros acima, encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afetos à representação das provisões técnicas).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo ex-Instituto de Seguros de Portugal, hoje ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de abril, e articuladas com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos na IFRS 4, relativos a contratos de seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2015, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e

interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 38.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor, através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Contratos de seguro

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A

provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

b) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata* temporis, de acordo com a Norma nº 19/94-R, da ASF, tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R, da mesma entidade.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade

Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e por métodos atuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2015, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

- A Companhia calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 3,75% (2014:4,25%) e 1% de taxa de gestão;
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguros. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT e,
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurred But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2015, IBNR (*Incurred But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para a generalidade dos ramos, com a exceção dos ramos Doença, Automóvel (pela primeira vez) e da modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho e Automóvel é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtém-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas, estabelecidas pela ASF, aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguro. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

c) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2015 são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de dezembro de 2015 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

d) Ativos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através do ganhos e perdas, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid-price*) publicado pela Bloomberg ou, na falta desta pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

- (b) para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Lusitania procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas anuais	Vida útil estimada
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e aparelhos	10 - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25 - 33.33%	3 a 4 anos
Mobiliário e equipamento	10 - 33%	3 a 10 anos
Material de transporte	25%	4 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

	Taxas anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O *software* e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
<i>Software</i>	33%	3 anos
Despesas em edifícios arrendados	20%-33%	3-5 anos

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros

associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

h) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 24, Imposto sobre o rendimento.

i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

j) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, a Companhia concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo e pré-reformados, calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida; (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano, o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O

proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Companhia procedeu ao reconhecimento da responsabilidade.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não

seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

l) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

m) Relato por segmentos

Ver Nota 2.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

o) Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

p) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

q) Investimentos em Subsidiárias e Associadas

As participações em Subsidiárias e Associadas são registadas ao custo de aquisição, sujeitas a testes de imparidade.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado, anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

r) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

s) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em conformidade com o nº 2.2. do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, e em cumprimento da alínea c) do ponto 1 artigo 3º da Norma Regulamentar 21/2003-R, de 26 de dezembro, da ASF.

Imputação dos custos por funções

Na medida do possível, todos os custos são imputados diretamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistros abertos no período;
- função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- função administrativa – proporcionalmente à receita;
- função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.

Principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

b) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

c) Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

d) Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

e) Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, caso existam prejuízos fiscais durante um período de quatro a seis anos.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

f) Imparidade em subsidiárias e associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por

imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados da Sociedade.

g) Imparidade de *goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

A evolução dos montantes pagos pode ser analisada como se segue:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2006	55.393.184	25.971.066	18.020.173	14.655.677	23.884.492	20.416.490	19.028.551	16.275.733	16.392.019	13.903.162
2007		50.084.872	23.758.984	15.951.726	23.101.932	19.614.212	18.314.452	16.601.106	12.519.574	12.475.204
2008			44.686.803	19.371.473	27.787.386	20.683.780	18.797.845	15.227.478	12.746.512	13.230.318
2009				40.372.340	41.031.932	22.721.717	19.265.024	14.841.069	12.622.426	11.566.751
2010					82.713.823	33.485.554	22.631.468	17.415.082	13.828.668	11.483.721
2011						85.602.010	38.828.193	28.949.974	20.184.749	14.966.940
2012							65.509.306	31.899.003	19.457.270	12.300.074
2013								60.290.537	23.170.519	15.455.521
2014									59.597.397	27.105.241
2015										63.400.359
Montantes pagos para os anos de ocorrência	58.788.726	84.298.329	78.976.934	80.487.974	160.478.782	175.045.972	174.839.970	149.680.924	134.219.152	142.389.910

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2006 e 2015.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como se segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	128.213.253	24.988.970	115.524.121	12.299.839
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17.320.046	5.668.073	10.377.523	-1.274.450
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	67.092.602	18.922.276	41.277.425	-6.892.901
- OUTRAS COBERTURAS	9.699.969	3.685.442	2.027.565	-3.986.962
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	15.227.100	9.499.403	8.625.442	2.897.744
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	9.947.447	1.328.053	9.315.110	695.717
CRÉDITO E CAUÇÃO	995.896	198.285	1.122.656	325.045
PROTECÇÃO JURÍDICA	5.692	7.978	5.221	7.508
ASSISTÊNCIA	1.083	339	637	-106
DIVERSOS	1.041.483	75.628	1.048.520	82.664
TOTAL GERAL	249.544.570	64.374.447	189.324.220	4.154.097

* Sinistros ocorridos no ano 2014 e anteriores

As provisões incluem Euros 8.571.059 (2014: Euros 11.664.918), para sinistros abertos posteriormente ao exercício de ocorrência (IBNR). Adicionalmente, incluem uma provisão para despesas de regularização de sinistros no montante de Euros 4.374.711 (2014: Euros 2.124.186).

A provisão para sinistros de acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 105.355.796 (2014: Euros 97.903.412) relativo à provisão matemática de acidentes de trabalho, com impacto da alteração da taxa de desconto.

Em 31 de Dezembro de 2015, a Lusitania voltou a alterar a taxa de desconto associada ao cálculo do valor atual das responsabilidades de Acidentes de Trabalho, desta vez em cinquenta pontos, de 4,25% para 3,75%. O impacto nas demonstrações financeiras ascendeu a Euros 5.863.795.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como se segue:

2015				
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	45.603.425	5.567.327	12.795.386	63.966.138
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	16.241.592	1.516.590	378.772	18.136.953
- RESPONSABILIDADE CIVIL	39.257.040	2.766.057	-6.435.383	35.587.714
- OUTRAS COBERTURAS	14.980.157	1.248.580	-1.769.734	14.459.003
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	13.204.117	120.080	-3.391.791	9.932.406
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.420.352	157.722	-4.112	1.573.962
CRÉDITO E CAUÇÃO	197.212	1.192	128.373	326.777
PROTECÇÃO JURÍDICA	287	31.602	-104	31.786
ASSISTÊNCIA	255	168	-24	399
DIVERSOS	75.607	548	18.397	94.551
TOTAL	130.980.044	11.409.866	1.719.780	144.109.690
RESSEGURO ACEITE	1.837.682	4.484	0	1.842.165
TOTAL GERAL	132.817.726	11.414.349	1.719.780	145.951.856
2014				
Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos - - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	38.177.311	4.251.147	1.447.223	43.875.681
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	22.547.989	1.726.889	(944.339)	23.330.539
- RESPONSABILIDADE CIVIL	44.542.511	2.831.761	(13.603.225)	33.771.047
- OUTRAS COBERTURAS	14.360.268	1.376.360	(97.393)	15.639.235
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	10.614.410	128.384	3.807.307	14.550.100
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1.793.383	136.212	(2.796.123)	(866.528)
CRÉDITO E CAUÇÃO	131.498	2.071	(48.856)	84.713
PROTECÇÃO JURÍDICA	190	37.939	(7.297)	30.832
ASSISTÊNCIA	121	69	480	670
DIVERSOS	102.225	566	30.959	133.750
TOTAL	132.269.906	10.491.397	(12.211.264)	130.550.040
RESSEGURO ACEITE	1.509.035	3.413	-	1.512.448
TOTAL GERAL	133.778.941	10.494.811	(12.211.264)	132.062.488

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

- a) **Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;**

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguro, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de

subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes subriscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O peso da carteira Automóvel fixou-se, em 2015, em 37,1% do total, reflete a estratégia de dispersão de riscos, com maior peso dos particulares. A evolução verificada traduz uma transferência de grandes riscos, associados a grandes empresas, para uma carteira *risk mix*, reduzindo o impacto da respetiva volatilidade. Para o efeito, foram criadas novas soluções orientadas para estes segmentos e mais adequadas ao perfil de cliente.

Adicionalmente, foi decidido a não exposição a um nicho de mercado no ramo de Transportes, o negócio internacional de marítimo-cascos, de forma a limitar os impactos negativos que se registaram desde 2012.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.

A Lusitania efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Com o intuito de verificar o ajustamento da estimativa de sinistros não declarados efetuada em 2014 aos valores efetivamente verificados, apurou-se o seguinte:

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Acidentes de Trabalho	Previstos para 2015	0	0	1	6	10	31	629	678
	Abertos 2015	0	0	0	0	0	6	267	273
	Diferença	0	0	1	6	10	25	362	405
Automóvel	Previstos para 2015	3	5	7	17	46	89	2.329	2.496
	Abertos 2015	2	1	1	1	7	33	1.031	1.076
	Diferença	1	4	6	16	39	56	1.298	1.420
Saúde - cashflow previsto e realizado	Previstos para 2015	9.820	11.209	31.073	44.397	55.856	87.629	1.450.561	1.690.545
	Verificado 2015	1.873	4.492	13.205	22.760	122.900	84.553	1.295.497	1.545.279
	Diferença	7.947	6.717	17.868	21.637	(67.044)	3.077	155.065	145.266
MR Habitação	Previstos para 2015	0	2	3	4	7	31	920	967
	Abertos 2015	0	11	3	3	5	18	661	701
	Diferença	0	(9)	0	1	2	13	259	266
MR Comércio	Previstos para 2015	1	0	0	1	1	11	174	189
	Abertos 2015	0	3	2	1	2	23	209	240
	Diferença	1	(3)	(2)	0	(1)	(12)	(35)	(51)

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente e

encargos futuros com o Fundo de Acidentes de Trabalho, em 50 pontos base, provoca uma variação das mesmas em Euros 6,48 milhões;

- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, expurgado o efeito da alteração da taxa de juro, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 108,2% para 113,6% dos prémios adquiridos.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 71,3% para 74,9%.

Por outro lado, a Lusitania realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2015 Euros 000		Variação custos com sinistros								
		-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%
Variação custos de exploração	-20%	49.046	38.570	28.060	17.358	6.375	-5.364	-19.002	-32.641	-46.298
	-15%	47.546	37.069	26.558	15.815	4.832	-7.185	-20.823	-34.462	-48.294
	-10%	46.046	35.567	25.057	14.271	3.276	-9.005	-22.644	-36.282	-50.291
	-5%	44.546	34.066	23.555	12.728	1.652	-10.826	-24.464	-38.103	-52.287
	0%	43.046	32.564	22.053	11.184	0	-12.647	-26.285	-40.040	-54.284
	5%	41.546	31.062	20.552	9.640	-1.652	-14.467	-28.106	-42.036	-56.280
	10%	40.046	29.561	19.050	8.055	-3.303	-16.288	-29.926	-44.032	-58.277
	15%	38.546	28.059	17.536	6.456	-4.955	-18.109	-31.785	-46.029	-60.273
	20%	37.046	26.557	15.992	4.856	-6.607	-19.930	-33.782	-48.026	-62.270

4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

A Lusitania está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, resulta o fato de o risco financeiro, a que a Companhia está exposta, corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades, em consequência de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

• **Risco de Mercado**

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de ações, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Na Lusitania, a gestão do risco de mercado respeita as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

**Composição dos investimentos financeiros,
investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país
emitente**

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	200.090.330	59,1%	299.588.719	93,7%
Espanha	2.850.857	0,8%	4.364.744	1,4%
França	28.741.586	8,5%	-	0,0%
Alemanha	-	0,0%	809.655	0,3%
Estados Unidos	4.993.369	1,5%	2.722.587	0,9%
Países Baixos	20.296.222	6,0%	-	0,0%
Reino Unido	2.410.657	0,7%	4.685.606	1,5%
Itália	2.006.123	0,6%	1.338.550	0,4%
Áustria	10.912.306	3,2%	-	0,0%
Luxemburgo	264.846	0,1%	269.722	0,1%
Irlanda	60.084.267	17,8%	-	0,0%
Outros	5.713.646	1,7%	5.791.454	1,8%
TOTAL	338.364.209	100,0%	319.571.037	100,0%

À exceção de três títulos (Moçambique Companhia de Seguros, Acacia Bahrein e o Fundo The Fine Art II L.P.), a totalidade da carteira da Companhia está denominada em euros.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	109.178.167	80,2%	107.427.892	79,2%
Variável	27.007.709	19,8%	28.154.157	20,8%
TOTAL	136.185.876	100,0%	135.582.049	100,0%

Relativamente aos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, a Lusitania, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento da Companhia.

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2014		4º T 2015	
D	C	D	C
4,9	48,2	1,7	9,1

O valor da *duration* da carteira de obrigações global reduziu no final de 2015, refletindo uma menor exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma atuação prudente, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da elevada incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2015				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
136.977	134.690	132.526	1,7	9,1

Unidade: milhares de euros

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2014				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
140.250	133.392	127.178	4,9	48,2

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira em análise resulta da cotação de mercado (excluindo juros decorridos) e títulos em *default*.

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^a	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^b			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2015					
235.296	-2,6%	55.867	62.074	68.282	2,6%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^a	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^b			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
2014		-10%	0%	10%	
192.767	-2,7%	46.375	51.528	56.681	2,7%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^a	Impacto na Carteira Total	Variação do Valor do Imobiliário ^b			Impacto na Carteira Total
2015		-5%	0%	5%	
316.459	-1,2%	73.922	77.813	81.703	1,2%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

Carteira de investimentos financeiros em análise ^a	Impacto na Carteira Total	Variação do Valor do Imobiliário ^b			Impacto na Carteira Total
2014		-5%	0%	5%	
284.100	-1,5%	79.096	83.259	87.422	1,5%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

• Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia, sendo efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira e a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos quer ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

Rating da carteira de obrigações

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
AAA	20.296.222	14,9%	-	0,0%
AA+	10.912.305	8,0%	-	0,0%
A	15.935	0,0%	809.655	0,6%
A-	-	0,0%	1.623.304	1,2%
BBB+	3.212.297	2,4%	4.133.932	3,0%
BBB	3.565.226	2,6%	1.307.774	1,0%
BBB-	2.019.296	1,5%	852.497	0,6%
BB+	6.662.893	4,9%	3.873.890	2,9%
BB	22.369.418	16,4%	6.103.428	4,5%
BB-	-	0,0%	84.383.662	62,2%
B	-	0,0%	219.305	0,2%
CCC	464.759	0,3%	-	0,0%
CCC+	-	0,0%	1.525.995	1,1%
Desconhecido	66.667.525	49,0%	30.748.607	22,7%
TOTAL	136.185.876	100,0%	135.582.049	100,0%

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Münchener Rück	AA-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	A-
QBE Secura	A+
SCOR	A+
Mapfre Re	A
Nacional Reaseguros	A-
Sirius	A-
Catlin	A+
Odyssey Re	A-
Amlin	A+
Endurance	A
Canopus	x
Axis Re	x
XL	AA-
Assurances M France	*

* Empresa mútua não cotada em bolsa

x Empresa não cotada em bolsa

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas

• Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2015	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes	11.524.026	-	-	-	-	11.524.026
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	28	2.132.423	2.132.451
Outros emissores	-	-	-	28	-	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	2.132.423	2.364.581
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.274.134	63.756.906	17.798.917	13.282.277	83.694.909	191.807.144
Dívida pública	206.587	59.950.114	991.969	1.023.339	8.965	62.180.974
Outros emissores	13.067.547	3.806.792	16.806.948	12.258.938	2.977.761	48.917.986
Ações	-	-	-	-	12.072.834	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	-	-	-	68.635.350	68.635.350
Investimentos a deter até maturidade	-	-	10.615.251	14.471.636	-	25.086.887
De dívida pública	-	-	5.869.685	12.175.066	-	18.044.751
De outros emissores	-	-	4.745.566	2.296.569	-	7.042.135
Empréstimos e contas a receber	10.405.167	-	-	-	4.465.775	14.870.941
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	60.654.971	-	-	-	-	60.654.971
Total dos ativos financeiros	95.858.298	63.756.906	28.414.168	27.753.941	90.293.107	306.076.420
Passivos financeiros	7.444.456	-	-	-	18.500.000	25.944.456
Outros credores por operações de seguros e outras operações	17.808.921	-	-	-	-	17.808.921
Total dos passivos financeiros	25.253.378	-	-	-	18.500.000	43.753.378
Líquido	70.604.921	63.756.906	28.414.168	27.753.941	71.793.107	262.323.042

Risco de liquidez 2014	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e equivalentes	12.739.961	-	-	-	-	12.739.961
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	209.344	2.364.581	2.573.925
Outros emissores	-	-	-	209.344	-	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-	2.364.581	2.364.581
Ativos financeiros disponíveis para venda	16.141.230	4.247.371	20.722.394	62.558.973	34.041.795	137.711.763
Dívida pública	-	210.955	-	60.929.670	8.379	61.149.004
Outros emissores	16.141.230	4.036.416	20.722.394	1.629.303	5.202.316	47.731.659
Ações	-	-	-	-	19.329.125	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	-	-	-	-	9.501.975	9.501.975
Investimentos a deter até maturidade	2.083.884	-	10.356.431	14.261.072	-	26.701.387
De dívida pública	2.083.884	-	5.782.176	12.005.151	-	19.871.211
De outros emissores	-	-	4.574.254	2.255.922	-	6.830.176
Empréstimos e contas a receber	15.462.700	-	-	-	14.594.021	30.056.721
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.788.088	-	-	-	-	56.788.088
Total dos ativos financeiros	103.215.863	4.247.371	31.078.825	77.029.389	51.000.397	266.571.846
Passivos financeiros	7.199.189	-	-	-	11.500.000	18.699.189
Outros credores por operações de seguros e outras operações	22.328.597	-	-	-	-	22.328.597
Total dos passivos financeiros	29.527.786	-	-	-	11.500.000	41.027.786
Líquido	73.688.077	4.247.371	31.078.825	77.029.389	39.500.397	225.544.060

• Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

De modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na cadeia de valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, classificando frequências e riscos, bem como a identificação dos controlos. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

A Lusitania implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema

documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade da Companhia.

No âmbito da segurança, foi realizado no passado mês de setembro, um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar que entretanto já foram ou estão a ser intervencionados. Para atestar a validade do PCN, os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável.

• Regime Solvência II

No âmbito do período preparatório para o regime Solvência II, a Lusitania definiu um Plano Diretor, tendo sido estabelecido um conjunto de ações com vista à definição de um novo modelo de governação. Foram, também, definidas políticas de gestão de risco previstas nas Orientações da EIOPA - *European Insurance and Occupational Pensions Authority*. Neste período foi, ainda, promovido o exercício de Autoavaliação dos Riscos e Solvência.

O regime Solvência II entrou em vigor no passado dia 1 de janeiro de 2016, após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Neste normativo está estabelecido um período transitório, até 31 de dezembro de 2017, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação do regime Solvência II. Estas medidas estão estabelecidas na Norma Regulamentar 6/2015, de 17 de dezembro, da ASF.

A Lusitania tem vindo a monitorizar a evolução do rácio de solvência no novo regime prudencial, tendo para o efeito estabelecido um conjunto de objetivos nesta matéria (definidos no âmbito da Política de Apetite ao Risco). Face às exigências do novo regime prudencial, tendo em conta as medidas transitórias disponíveis, a Companhia vai utilizar a medida transitória relativamente a provisões técnicas, que depende de aprovação da ASF, bem como rever as exposições a um conjunto de ativos financeiros, de forma a cumprir com os Requisitos de Capital.

4.4. Imparidade reconhecida relativamente a ativos de resseguro

Não se verificaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 perdas de imparidade relativamente a ativos de resseguro.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros, avaliadas pelo Atuário Responsável, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2015 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade no seguro de Multirriscos Habitação e, tangencialmente, Comércio. Neste exercício, mercê da conjuntura adversa, os prémios do seguro de Automóvel, Acidentes de Trabalho e Doença revelaram-se insuficientes face às responsabilidades.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

Ramo	2015	2014
Acidentes e Doença	96,6%	78,5%
Incêndio e Outros Danos	40,1%	53,1%
Automóvel	66,7%	66,7%
Transportes	157,2%	147,9%
Responsabilidade Civil	30,6%	-21,1%
Outros	21,0%	10,6%
Total	72,2%	68,5%

Rácio de cedência de sinistros

Ramo	2015	2014
Acidentes e Doença	1,6%	1,5%
Incêndio e Outros Danos	25,3%	25,5%
Automóvel	0,7%	2,1%
Transportes	37,8%	21,7%
Responsabilidade Civil	42,4%	81,2%
Outros	110,4%	92,0%
Total	7,7%	7,9%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

Ramo	2015	2014
Acidentes e Doença	65,6%	50,7%
Incêndio e Outros Danos	25,5%	33,0%
Automóvel	5,8%	15,0%
Transportes	90,1%	75,9%
Responsabilidade Civil	52,2%	-55,0%
Outros	99,5%	46,5%
Total	34,6%	31,7%

4.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os reembolsos reconhecidos são os seguintes:

Reembolsos	2015	2014
- Em aberto com menos de 1 ano	1.313.332	775.151
- Em aberto com mais de 1 ano	1.412.227	1.970.056
Totais	2.725.559	2.745.207

5. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de outros passivos financeiros possui a seguinte composição:

	2015	2014
Depósitos de resseguradores	7.444.456	7.199.189
Empréstimos obrigacionistas	18.500.000	11.500.000
Total	25.944.456	18.699.189

A rubrica Empréstimos obrigacionistas refere-se a obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Geral Associação Mutualista. No exercício de 2014 os montantes subscritos foram, respetivamente, de Euros 2.500.000 e Euros 9.000.000. Em 30 de novembro 2015 foi subscrito um empréstimo, pela Montepio Geral Associação Mutualista, no montante de Euros 7.000.000.

6. Instrumentos financeiros

O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, relativa a 2015 e 2014, é a seguinte:

	2015				
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	61.780.748	(14.189)	-	414.415	62.180.974
Outros emissores	53.759.442	(4.687.733)	(576.112)	422.389	48.917.986
	115.540.189	(4.701.922)	(576.112)	836.805	111.098.960
Acções	22.630.947	202.847	(10.760.960)	-	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	70.690.175	721.659	(2.776.484)	-	68.635.350
	93.321.121	924.506	(13.537.444)	-	80.708.184
Total	208.861.311	(3.777.416)	(14.113.555)	836.805	191.807.144

	Nível I	Nível II	Nível III	Custo Aquisição	Total
Titulos de dívida					
Dívida pública	62.180.974	-	-	-	62.180.974
Outros emissores	33.839.469	-	15.078.517	-	48.917.986
	96.020.443	-	15.078.517	-	111.098.961
Acções	2.107	-	6.579.259	5.491.468	12.072.834
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	61.547.659	-	7.087.691	-	68.635.350
	61.549.766	-	13.666.949	5.491.468	80.708.183

	2014				
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Titulos de dívida					
Dívida pública	60.231.023	(2.750)	(296.035)	1.216.765	61.149.003
Outros emissores	50.108.057	(2.374.415)	(329.337)	327.355	47.731.660
	110.339.080	(2.377.165)	(625.372)	1.544.120	108.880.663
Acções	22.323.119	593.858	(3.587.853)	-	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	11.327.772	467.362	(2.293.159)	-	9.501.975
	33.650.891	1.061.220	(5.881.011)	-	28.831.100
Total	143.989.971	(1.315.945)	(6.506.383)	1.544.120	137.711.763

	Nível I	Nível II	Nível III	Custo de aquisição	Total
Titulos de dívida					
Dívida pública	61.149.003	-	-	-	61.149.003
Outros emissores	30.356.121	1.187.021	16.188.518	-	47.731.660
	91.505.124	1.187.021	16.188.518	-	108.880.663
Acções	2.197	-	7.826.893	11.500.034	19.329.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	1.759.963	-	7.742.012	-	9.501.975
	1.762.161	-	15.568.905	11.500.034	28.831.100
Total	93.267.285	1.187.021	31.757.423	11.500.034	137.711.763

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas relativa a 2015 e 2014 é apresentada como segue:

	2015			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	(2.191.006)	-	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.121.930	(2.989.507)	-	2.132.423
Total	7.312.965	(5.180.514)	-	2.132.451

	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	-	-	28	28
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	2.132.423	2.132.423
	-	-	2.132.451	2.132.451

	2014			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Outros emissores	2.191.035	(1.981.691)	-	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	2.629.369	(264.788)	-	2.364.581
Total	4.820.404	(2.246.479)	-	2.573.925

	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Outros emissores	-	-	209.344	209.344
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	2.364.581	2.364.581
	-	-	2.573.925	2.573.925

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora.

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	2015	2014
Depósitos junto de empresas cedentes	161.842	189.111
Outros depósitos	10.405.167	15.273.589
Empréstimos concedidos	4.303.933	14.594.022
Total	14.870.941	30.056.721

A rubrica Empréstimos Concedidos inclui valores entregues à Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. no montante de 2,7 milhões de euros (2014: 3 milhões de euros).

Durante o ano de 2015, a Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A., procedeu à amortização do empréstimo, no montante de 9,67 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como se segue:

	2015		
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	17.560.845	483.907	18.044.752
De outros emissores	6.969.902	72.233	7.042.135
Total	24.530.747	556.140	25.086.887

	2014		
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	19.371.102	500.109	19.871.211
De outros emissores	6.757.745	72.431	6.830.176
Total	26.128.847	572.540	26.701.387

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de aquisição	Na data de transferência				Valor de mercado em Dezembro de 2015	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2015	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros ^(a)			Taxa efectiva ^(b)
			Positiva	Negativa				
De Activos financeiros disponíveis para venda	28.525.661	31.648.393	-	(3.143.236)	43.674.994	6,4%	30.086.644	1.830.376

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

(c) A reserva de justo valor amortizada, durante o exercício de 2015, atingiu o valor de 324.127 euros. Em 2014, o montante alcançado foi de 348.546 euros.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	2015	2014
Impacto em reservas de justo valor	4.999.758	6.030.408
Efeito fiscal	(1.274.938)	(1.537.754)
Total	3.724.819	4.492.654

6.1. Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como se segue:

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.524.026	11.524.026	12.739.961	12.739.961
Empréstimos concedidos e contas a receber	14.870.941	14.870.941	30.056.722	30.056.722
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	60.654.971	60.654.971	56.788.088	56.788.088
Investimentos a deter até à maturidade	30.086.644	25.086.887	32.731.795	26.701.387
Activos financeiros ao custo amortizado	117.136.582	112.136.825	132.316.566	126.286.158
Outros passivos financeiros	20.959.952	25.944.456	18.798.089	18.699.189
Outros credores por operações de seguros e outras operações	17.808.921	17.808.921	22.328.597	22.328.597
Passivos financeiros ao custo amortizado	38.768.873	43.753.377	41.126.686	41.027.786

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Lusitania são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível 1. Os passivos subordinados no nível 3.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3.

6.2. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:**a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;**

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro: é um risco que existe para todos os ativos e responsabilidades onde o valor é sensível às volatilidades na taxa de juro. São riscos que resultam dos investimentos em obrigações ou da aplicação da taxa de juro no cálculo das responsabilidades (*best estimate*).

Ver Nota 4.3.

Riscos de *spread*: são a componente dos riscos associada aos instrumentos financeiros que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre uma taxa de juro sem risco.

Ver Nota 4.3.

Riscos de câmbio: são os que resultam de alterações da taxa de câmbio e surgem quando a carteira de ativos e de responsabilidades não são da mesma moeda ou se os contratos estão definidos numa moeda diferente da calculada para o prémio.

Risco das ações (*equity*): são os riscos associados a uma carteira de ações e resultam da volatilidade dos preços de mercado acionistas. A exposição ao *equity risk* reflete-se em todos os ativos e responsabilidades cujo valor é sensível às alterações dos preços das ações.

6.3. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

A exposição aos riscos financeiros traduz a política de investimento da Companhia, enquadrada por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora, conforme Nota 4.3.

b) Análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez;

A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2015, a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Montepio Geral Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 pb e Euribor a 6 meses + 700 pb após 5.º ano. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2014, a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Montepio Geral Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 pb e Euribor a 6 meses + 700 pb após 5.º ano. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia procedeu adicionalmente à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 pb e Euribor a 6 meses + 350 pb após 5.º ano. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, a emitente poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa, com antecipação de cinco anos em relação à data do reembolso.

7. Investimentos em filiais e associadas

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas são demonstrações financeiras individuais.

A rubrica investimentos em filiais e associadas apresenta-se do seguinte modo:

	2015	2014
N-Seguros	17.500.000	27.000.000
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A	256.706	256.706
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A.	589.562	589.562
Lykeion - Centro de Conhecimento	-	50.000
Total	18.346.268	27.896.268

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

Empresa Morada	Fracção de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A.	80,63%	590	Lusitania	Montepio	896	2014	(97)
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A	24,50%	257	José Mello Saúde	José Mello Saúde	1.819	2014	74
N-Seguros	100,00%	17.500	Lusitania	Montepio	7.780	2015	(1.208)

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

A Companhia procedeu ao teste de imparidade da N-Seguros, de acordo com o valor em uso. Este valor foi determinado tendo por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração da N-Seguros, considerando um crescimento na perpetuidade 2% (2014: 2%) de e uma taxa de desconto de 10,27% (2014: 11,44%).

O resultado do teste implicou o reconhecimento de uma perda por imparidade no montante de 9,5 milhões de euros.

O impacto no valor da participação decorrente da análise de sensibilidade aos pressupostos mais relevantes na determinação dos valores da imparidade é como se segue:

		(u.m. milhares de euros)		
		Taxa de desconto		
		-1,00%	*	+1,0%
Taxa de crescimento (g)	1,75%	2.408	-486	-2.753
	2%	3.060	0	-2.379
	2,25%	3.758	517	-1.985

* Taxa de atualização: 10,27%

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem compõem-se do seguinte modo:

	2015	2014
Numerário	8.952	25.387
Depósitos à ordem	11.515.074	12.714.573
Total	11.524.026	12.739.961

9. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial					Transferências				Saldo final	
	Valor de balanço			Aquisições / Vendas	Reavaliações e diminuições de valor	Depreciações			Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço líquido
De serviço próprio	Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido			Do Exercício	Regularizações	Acumuladas			
Terrenos	7.426.000	-	7.426.000	(7.426.000)		-	-	-	-	-	
Edifícios	42.675.838	5.141.099	37.534.739		(1.552.106)	643.336	(384.671)	5.399.764		41.123.732	35.723.968
Total	50.101.838	5.141.099	44.960.739	(7.426.000)	(1.552.106)	643.336	(384.671)	5.399.764	-	41.123.732	35.723.968

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de propriedades de investimento foram os seguintes:

Descrição	Saldo inicial		Aumentos	Reavaliações e diminuições de valor	Transf. / Benfeitorias	Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Aquisições		Valor	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
De rendimento									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	25.458.405	25.862.876	-	1.367.573	886.064	570.050	570.050	25.774.419	27.546.463
Total	25.458.405	25.862.876	-	1.367.573	886.064	570.050	570.050	25.774.419	27.546.463

No exercício de 2015, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 1.954.315 (2014: Euros 884.200).

Em 31 de dezembro de 2015, os gastos operacionais em imóveis de rendimentos ascenderam ao montante de Euros 16.099 (2014: Euros 12.268).

Os imóveis de rendimento são avaliados por peritos independentes devidamente certificados pela ASF.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2015, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como se segue:

	Saldo Inicial		Aumentos			Depreciações + Imparidade			Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transferências/ Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	12.049.756	10.751.344	1.298.412	652.572	(2.302.578)	-	805.704	2.302.578	10.399.749	9.254.469	1.145.280
Máquinas e Ferramentas	992.026	932.753	59.273	2.388	(221.371)	360	15.428	221.371	772.683	726.810	45.871
Equipamento Informático	4.947.987	4.476.933	471.054	547.448	(1.194.925)	-	357.808	1.194.925	4.300.511	3.639.817	660.694
Instalações interiores	1.730.796	1.638.776	92.019	-	(646.901)	-	26.805	646.901	1.083.894	1.018.681	65.215
Material de Transporte	355.180	296.828	58.351	38.500	(122.312)	-	38.801	122.312	271.368	213.317	58.051
Património Artístico	5.926.297	-	5.926.297	-	-	-	-	-	5.926.297	-	5.926.297
Outras imobilizações corpóreas	109.310	100.940	8.370	185	(55.772)	-	1.172	55.772	53.723	46.340	7.383
Equipamentos em Locação Financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em curso	940.582	-	940.582	163.252	-	-	-	-	1.103.834	-	1.103.834
Total	27.051.934	18.197.575	8.854.359	1.404.345	(4.543.860)	360	1.245.719	4.543.860	23.912.061	14.899.434	9.012.627

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

As rubricas de Investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

	2015		
	Afetos	Livres	Total
Caixa e equivalentes	11.524.026		11.524.026
Terrenos e edifícios	62.716.632	553.800,00	63.270.432
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	17.500.000	18.346.268
Ativos financeiros detidos para negociação			0
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2.132.451		2.132.451
Ativos financeiros disponíveis para venda	191.281.601	525.543	191.807.144
Empréstimos e contas a receber	10.722.617	4.148.324	14.870.941
Ativos a deter até à maturidade	25.086.887		25.086.887
Outros Ativos	158.084.526		158.084.526
TOTAL	462.395.007	22.727.668	485.122.675

12. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício é a seguinte:

Descrição	Saldo Inicial			Aquisições	Transferências	Amortizações		Saldo Final		
	Valor Bruto	Amort.	Valor Líquido			Regularizações	Reforço	Valor Bruto	Amort.	Valor Líquido
Despesas com aplicações informáticas	469.188	93.838	375.350	108.818	-	-	128.011	578.005	221.849	356.156
Carteira de Negócios da Real Seguros	17.326.816	7.652.696	9.674.120	-	-	-	1.155.802	17.326.816	8.808.498	8.518.318
Despesas em edifícios arrendados	3.249.353	636.943	2.612.410	97.049	266.484	83.269	211.269	3.079.917	764.943	2.314.975
Projeto lojas mediadores	830.420	166.084	664.336	348.318	-	-	235.748	1.178.738	401.832	776.907
Ativos intangíveis em curso	166.505	-	166.505	4.285.570	15.744	-	-	4.436.331	-	4.436.331
Total	22.042.281	8.549.560	13.492.721	4.839.754	282.228	83.269	1.730.830	26.599.807	10.197.121	16.402.686

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividade s empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O valor remanescente do valor da carteira da Real será amortizado como segue:

Anos	Amortizações	Anos	Amortizações
2016	967.923	2023	567.024
2017	936.950	2024	507.274
2018	840.300	2025	437.047
2019	764.823	2026	363.463
2020	707.265	2027	355.813
2021	664.997	2028	322.128
2022	634.878	2029	373.711

O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Companhia, como segue:

	milhares de euros
	2015
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
Total	18.674

A imparidade do *goodwill* é testada tendo por base, o valor recuperável da Lusitania. O valor recuperável foi determinado com base no valor atual dos dividendos futuros que se espera obter com a Companhia, e teve por base o *business plan* aprovado pela gestão,

assumindo um crescimento de 2% (2014:2%) na perpetuidade e uma taxa de desconto de 10,27% (2014:11,44%), não havendo necessidade de proceder ao registo de quaisquer perdas.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras provisões e ajustamentos de contas do ativo são analisados como segue:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	1.825.460	-	1.082.524	742.936
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	3.938.153	427.894	897.259	3.468.788
Total	5.763.613	427.894	1.979.783	4.211.724

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
492 - Outras provisões	8.028.202	939.200	1.187.224	7.780.178
Total	8.028.202	939.200	1.187.224	7.780.178

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Os ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa destinam-se a acautelar incobrabilidade de ativos.

A rubrica Outras provisões inclui uma provisão para contingências fiscais no montante de 3.6 milhões de euros, conforme referido na nota 24 (reexpresso nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2014).

Os valores dos prémios associados a contratos com garantias suspensas são os seguintes:

	2015	2014
Lusitania	2.344.697	2.588.724
Total	2.344.697	2.588.724

14. Prémios de contratos de seguro

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a atividade da Companhia pode ser analisada como se segue:

2015					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	61.446.412	60.450.574	63.966.138	15.635.449	(99.449)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	41.905.175	41.447.066	18.136.953	9.527.729	(9.783.951)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	45.045.415	45.422.222	35.587.714	16.813.929	(721.773)
- OUTRAS COBERTURAS	23.578.193	23.553.315	14.459.003	7.761.921	(4.816.681)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	6.151.363	6.243.294	9.932.406	1.384.590	303.506
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.678.321	4.621.966	1.573.962	1.475.711	(507.320)
CRÉDITO E CAUÇÃO	160.597	159.597	326.777	12.667	322.350
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.206.955	1.211.894	31.786	381.513	1.630
ASSISTÊNCIA	417.046	417.046	399	41.554	(204.206)
DIVERSOS	211.835	209.346	94.551	62.371	(64.272)
TOTAL	184.801.312	183.736.321	144.109.690	53.097.435	(15.570.167)
RESSEGURO ACEITE	3.074.367	2.876.151	1.842.165	1.194.333	-
TOTAL GERAL	187.875.679	186.612.472	145.951.856	54.291.769	(15.570.167)

Notas:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

2014					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	51.263.975	50.458.242	43.875.681	13.499.318	(242.424)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	40.636.350	40.697.082	23.330.539	10.168.017	(8.525.284)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	44.487.465	44.938.832	33.771.047	15.473.894	1.273.422
- OUTRAS COBERTURAS	22.763.619	22.803.810	15.639.235	7.516.273	(6.524.639)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.443.308	9.751.700	14.550.101	784.625	(240.254)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.743.384	4.758.632	(866.528)	1.526.888	(2.232.510)
CRÉDITO E CAUÇÃO	137.159	242.584	84.713	18.729	17.229
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.174.785	1.143.156	30.832	361.407	-
ASSISTÊNCIA	347.800	347.800	669	41.518	(158.947)
DIVERSOS	230.674	245.606	133.750	61.394	(18.123)
TOTAL	175.228.518	175.387.443	130.550.039	49.452.063	(16.651.530)
RESSEGURO ACEITE	2.523.768	2.671.617	1.512.449	926.765	-
TOTAL GERAL	177.752.286	178.059.060	132.062.488	50.378.828	(16.651.530)

Notas:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

16. Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	2015	2014
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Juros	5.886	(2.877)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Dividendos	739.283	96.027
Juros	1.879.854	2.899.697
Ativos financeiros detidos até à maturidade	827.150	2.100.595
Depósitos à ordem e a prazo	214.874	263.648
Outros	1.962.014	1.166.166
Total	5.629.062	6.523.256

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos não valorizados ao justo valor através de resultados

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como se segue:

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	695.102	12.698.828
Investimentos a deter até à maturidade	(719)	15.712
Total	694.382	12.714.540

18. Ganhos e perdas provenientes em investimentos valorizados ao justo valor através de resultados

Os ganhos e perdas realizados associados aos investimentos valorizados ao justo valor através de resultados, por categoria de investimento, podem ser analisados como se segue:

	2015	2014
Ativos Financeiros detidos para negociação		
Perdas	-	2.169
Ganhos	-	-
Ativos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas		
Perdas	(441.474)	(2.308.325)
Ganhos	-	-
Total	(441.474)	(2.306.156)

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados, são as seguintes:

	2015	2014
Diferença cambio favoravel	17.987	3.652
Diferença cambio desfavoravel	-	-
Total	17.987	3.652

Estas diferenças são resultantes da conversão em euros de valores de ativos e passivos, expressos em moeda estrangeira, e encontram-se registados nas contas outros proveitos e gastos não técnicos.

20. Custos de Financiamento

Durante o exercício de 2015, a Companhia registou custos de financiamento no valor de Euros 669.398 (2014: Euros 318.235) relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de Euros 18,5 milhões. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Montepio Geral Associação Mutualista e Caixa Económica Montepio Geral por, respetivamente, Euros 16 milhões e Euros 2,5 milhões.

21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são os seguintes:

2015			2014			
Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total	
Custos com sinistros	11.414.349	-	11.414.349	10.494.811	-	10.494.811
Custos de aquisição	16.846.436	-	16.846.436	17.134.568	-	17.134.568
Custos administrativos	11.629.785	-	11.629.785	12.059.849	-	12.059.849
Custos gestão dos investimentos	1.242.039	135.330	1.377.368	1.119.143	208.878	1.328.021
Total	41.132.609	135.330	41.267.938	40.808.371	208.878	41.017.249

Os gastos por natureza são apresentados como se segue:

	2015	2014
Gastos com Pessoal	21.402.951	23.865.285
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	4.210.662	2.737.468
Rendas e Alugueres	2.762.878	2.451.364
Comunicações	1.705.691	1.593.792
Conservação e Reparação	776.318	603.982
Publicidade e Propaganda	1.023.937	690.738
Deslocações, estadas e despesas de representação	297.884	209.466
Impressos	96.843	99.137
Material de escritório	39.264	38.311
Quotizações	169.681	161.772
Custos com cobrança de prémios	300.409	237.265
Seguros	161.197	153.385
Contencioso e Notariado	21.770	21.068
Electricidade	361.462	361.647
Limpeza, higiene e conforto	320.076	321.823
Vigilância e segurança	185.945	178.677
Outros	587.499	652.301
	13.021.516	10.512.196
Impostos e taxas	1.866.303	1.513.745
Amortizações do exercício:		
Activos Intangíveis	1.730.830	1.735.130
Activos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	685.560	765.736
Outros activos tangíveis	1.245.719	1.363.375
	3.662.108	3.864.241
Provisões		
Juros Suportados	843.507	810.774
Comissões	471.553	451.007
Total	41.267.938	41.017.249

A rubrica de trabalhos especializados inclui os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, excluindo IVA, o montante de Euros 142.000 (2014:Euros 135.000).

22. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2015 o quadro de pessoal total era composto por 543 colaboradores, encontrando-se ao serviço 535, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2015	2014
Dirigente		
Diretor	16	14
Gestor Técnico	26	28
Gestor Operacional	20	20
Gestor Comercial	10	12
Técnico	76	78
Coordenador Operacional	85	86
Especialista Operacional	284	289
Auxiliar Geral	17	18
Estagiário	1	1
TOTAL	535	546

Considerando a mobilidade ocorrida, o ano de 2015 encerrou com um número médio de 542 colaboradores.

Os custos com pessoal são os seguintes:

	2015	2014
Remunerações		
- dos órgãos sociais	662.052	507.052
- do pessoal	15.123.117	15.267.521
Encargos sobre remunerações	3.797.390	3.866.379
Benefícios pós-emprego	-	-
- Planos de contribuição definida	246.021	154.504
- Planos de benefícios definidos	222.100	1.424.137
Benefícios de cessação de emprego	571.525	1.803.312
Seguros obrigatórios	352.858	340.500
Gastos de acção pessoal	343.751	330.430
Outros gastos com pessoal	84.138	171.450
Total	21.402.951	23.865.285

23. Obrigações com benefícios dos empregados

A Lusitania atribui dois planos de benefício definido:

- Um Plano de Pensões de Benefício Definido previsto no CCT para a atividade seguradora publicado no Boletim de Trabalho nº 32, de 29 de agosto de 2008, para os participantes do Fundo que não aderiram ao novo CCT e para os beneficiários pensionistas conforme normas de regulamentação coletiva aplicáveis à data de reforma e,
- Um plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia-Geral.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania.

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 1.910.086, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2015, 349 participantes ativos.

As responsabilidades da Companhia relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas por um Fundo de Pensões.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2015 e 2014, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores (Plano 1) e Administradores (Plano 2) são as seguintes:

Pressupostos Demográficos	Plano1		Plano2	
	2015	2014	2015	2014
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GKF 80	GKF 80
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	66 anos	66 anos	66 anos	66 anos

Pressupostos Financeiros	2015	2014
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	2,00%	2,00%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	2,00%	2,00%
Taxa de Rendimento do Fundo	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	1,25%

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos era o seguinte:

	2015	2014
Activos	30	14
Reformados	78	81
Pré-reformados	18	16
TOTAL	126	111

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são os seguintes:

	2015	2014
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2.790.649)	(3.019.185)
Activos	(4.184.263)	(4.532.466)
	(6.974.912)	(7.551.651)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	4.650.696	4.758.736
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(2.324.216)	(2.792.915)

No final de 2015 e de 2014, a evolução das responsabilidades é a seguinte:

	2015	2014
Responsabilidades em 1 de Janeiro	7.551.651	6.684.814
Custo do serviço corrente	34.689	39.015
Custo dos juros	151.033	233.969
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(76.976)	11.579
Benefícios pagos pela Lusitania	(645.880)	(455.245)
Benefícios pagos pelo Fundo	(271.910)	(278.477)
Serviços passados SINAPSA	164.178	-
Pre-reformas	68.127	1.315.996
Responsabilidades em 31 de Dezembro	6.974.912	7.551.651

A evolução dos ativos do fundo de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2015 e 2014 pode ser analisada como se segue:

	2015	2014
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	4.758.736	4.709.807
Rendimento esperado	95.175	164.843
Ganhos e (perdas) actuariais	(72.056)	162.563
Contribuições	40.000	-
Transferência (PIR/FP)	100.752	-
Benefícios pagos	(271.910)	(278.477)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	4.650.696	4.758.736

O Fundo de Pensões detém ainda uma quota-parte relativa ao Plano de Contribuição Definida que ascende a Euros 1.809.334, totalizando o Fundo, com referência a 31 de dezembro de 2015, o valor de Euros 6.460.030 (2014: Euros 6.819.465).

Durante o exercício não houve transações entre o Fundo e o Associado.

Os ganhos e perdas actuariais em 2015 e 2014 são os seguintes:

	2015	2014
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1.091.090)	(1.242.074)
Ganhos e (perdas) actuariais		
- nas responsabilidades	76.976	(11.579)
- nos activos do plano	(72.056)	162.563
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1.086.170)	(1.091.090)

Os ativos e passivos líquidos são apresentados como se segue:

	2015	2014
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	2.792.915	1.975.007
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(76.976)	11.579
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	72.056	(162.563)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	34.689	39.015
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	55.858	69.126
Responsabilidades por serviços passados SINAPSA	63.426	-
Benefícios pagos pela Lusitania	(645.880)	(455.245)
Pre-reformas	68.127	1.315.996
Contribuições	(40.000)	-
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	2.324.216	2.792.915

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como se segue:

	2015	2014
Custo do serviço corrente	34.689	39.015
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	55.858	69.126
Responsabilidades por serviços passados SINAPSA	63.426	-
Pre-reformas	68.127	1.315.996
Custos do exercício	222.100	1.424.137

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2015	2014
Fundos de investimento	136.605	140.309
Títulos de rendimento fixo	4.380.338	4.583.053
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	1.943.087	2.096.103
	6.460.030	6.819.465
Do qual:		
Benefício definido	4.650.696	4.758.736
Contribuição definida	1.809.334	2.060.729
	6.460.030	6.819.465

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	2015	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	0,25%
	Euros	Euros
Taxa de desconto	110.708	(106.100)
Taxa de crescimento dos salários	(16.649)	17.639
Taxa de crescimento das pensões	(51.374)	52.910
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	2.626	(3.146)

	2014	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	0,25%
	Euros	Euros
Taxa de desconto	122.540	(117.329)
Taxa de crescimento dos salários	(16.878)	17.956
Taxa de crescimento das pensões	(57.369)	59.134
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	2.729	(3.188)

	2015	
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	-1 ano	+1 ano
	Euros	Euros
Alteração da tabela de mortalidade	157.119	(93.339)

	2014	
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	-1 ano	+1 ano
	Euros	Euros
Alteração da tabela de mortalidade	90.030	(83.471)

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2015, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 246.441 (2014: Euros 154.504).

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Companhia procedeu ao reconhecimento desta responsabilidade.

24. Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como se segue:

	2015	2014
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	546.529	12.555
IRS - Retenções na Fonte	(439.365)	(517.532)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	(42.950)	(12.171)
Imposto de Selo	(1.281.079)	(1.420.875)
SNBPC	(426.931)	(425.333)
INEM	(402.321)	(330.810)
ISP	(218.458)	(206.200)
FAT	(6.551.088)	(6.206.097)
FGA	(280.704)	(294.291)
Outros Impostos e Taxas	(35.753)	(35.765)
Segurança Social	(303.226)	(308.143)
Impostos Municipais		-
Activos por impostos correntes		
Passivos por impostos correntes	(9.435.348)	(9.744.661)

Em 31 de dezembro de 2015, estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de Euros 340 mil, que corresponde às tributações autónomas, uma vez que a Companhia apresenta prejuízos fiscais.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício é o seguinte:

	2015	2014
Imposto corrente	340.476	401.047
Imposto diferido	(5.255.543)	5.274.857
Imposto sobre o rendimento do exercício	(4.915.067)	5.675.904

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como se segue:

	2015		2014	
	Imposto	Taxa	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos	(48.084.772)	21,00	(9.341.315)	27,00
IRC sobre o resultado antes de impostos	10.097.802		2.522.155	
Ajustamentos Fiscais				
Amortizações e reintegrações	(53.936)		(88.753)	
Dividendos de acções afetas a provisões técnicas	96.519		20.001	
Taxas autónomas	(340.476)		(401.047)	
Multas e coimas	(927)		(656)	
Imparidades	(4.597.584)		(204.558)	
Benefícios fiscais	25.133		28.726	
Mais/Menos valias contabilísticas	116.856		19.392	
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente	182.934		19.683	
Outros Ajustamentos (Inclui prejuízos fiscais não utilizados)	(611.255)		(6.697.015)	
Alteração de taxa de imposto	-		(893.832)	
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.915.067		(5.675.904)	

Os impostos diferidos reconhecidos no balanço são como se segue:

	2015	Varição reconhecida em resultados	Varição em Capitais Próprios e outros ajustamentos	2014
Impostos Diferidos activos	16.738.016	5.255.543	519.976	10.962.497
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	6.216.616	1.521.722	519.976	4.174.918
- Provisões não aceites	1.111.667	(408.491)	-	1.520.158
- Perdas por imparidade	3.598.957	1.939.829	-	1.659.128
- Reserva de reavaliação de justo valor	1.298.020	-	545.023	752.997
- Responsabilidades com benefícios pós-emprego	207.972	(9.616)	(25.047)	242.635
POR PREJUÍZOS FISCAIS	10.521.400	3.733.821	-	6.787.579
Impostos Diferidos Activos / (Passivos) líquidos	16.738.016	5.255.543	519.976	10.962.497

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são os seguintes:

	2015	2014
2017	1.074.828	2.734.200
2018	1.308.745	2.631.300
2026	1.560.280	1.422.079
2027	6.577.547	-
Total	10.521.400	6.787.579

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos tendo por base o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia remeteu um pedido à Autoridade Tributária solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Em resposta a este pedido, a Autoridade Tributária estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. Nesta base, existe um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados. Adicionalmente, a Companhia utilizou o montante de cerca de Euros 3,5 milhões de prejuízos em anos anteriores tendo a Autoridade Tributária contestado esta situação.

Devido às correções efetuadas pela Autoridade Tributária no âmbito da inspeção às contas da Companhia nos anos de 2009, 2010 e 2011, foi reconhecida uma contingência fiscal de Euros 3,6 milhões, que não estava provisionada em 2014, o que levou à re-expressão das contas desse exercício.

Impacto da Reexpressão

CAPITAL PRÓPRIO	2014 reexpresso	2014 Antes da reexpressão
Capital	12.500.000	12.500.000
Outros instrumentos de capital	44.660.848	44.660.848
Reservas de reavaliação	(2.952.931)	(2.952.931)
Reserva por impostos diferidos	752.997	752.997
Outras reservas	7.026.348	7.026.348
Resultados transitados	-	-
Resultado do exercício	(18.617.218)	(15.017.218)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	43.370.044	46.970.044

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos diferidos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram calculados às taxas de:

	2015	2014
Taxa IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa de Derrama Estadual	3,0%	4,5%
Total (b)	25,5%	27,0%

- (a) Aplicada aos impostos associados a prejuízos fiscais
- (b) Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras foi mensurada tendo por base o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração. Para o período de 2016 a 2020 a este documento estão associados os seguintes pressupostos:

- (i) Taxa de desconto: 10,27%
- (ii) Taxa perpétua: 2%
- (iii) Taxa de crescimento dos dividendos ao nível da taxa de inflação: 2%

A Companhia reconheceu o montante de impostos diferidos associados a prejuízos fiscais no montante de 3,7 milhões de euros.

25. Capital

Em 31 de dezembro de 2015, a totalidade do capital da Companhia está representado por 10.000.000 ações nominativas de valor nominal de 12.500.000 de euros, integralmente subscrito e realizado.

A 31 de Março de 2014, a Assembleia Geral da Lusitania aprovou um aumento de capital social, reservado para acionistas, de 26 milhões de euros para 50 milhões de euros através da emissão de 4.800.000 novas ações com um valor nominal unitário de 5 euros com um ágio de 2,60 por ação. Este aumento foi verificado por novas entradas resultantes da conversão em capital de prestações acessórias sob a forma de prestações de capital e por entradas em dinheiro (2.295 euros). Nessa data, foi também aprovada a redução do capital social, de 50 milhões de euros para 12,5 milhões de euros, através da redução do valor nominal da totalidade das ações representativas do capital social de 5 euros para 1,25 euros para cobertura dos resultados transitados negativos. Adicionalmente foi também aprovado a utilização de outras reservas incluindo a reserva de prémio de emissão para a cobertura do remanescente resultado transitado negativo. Estas operações foram realizadas em junho de 2014.

Em 2015, a Lusitania Companhia de Seguros, S.A. recebeu a título de prestações suplementares da Montepio Seguros, S.G.P. o montante de 61.500.000 euros, que poderá

vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

A estrutura acionista da Companhia é como se segue:

	2015	2014
Montepio Seguros, SGPS, S.A.	96,77%	95,40%
Restantes Accionistas	3,23%	4,60%
Total	100,00%	100,00%

No final do exercício de 2013, a Montepio Geral Associação Mutualista, procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos. Esta sociedade controlada pela Montepio Geral Associação Mutualista, adquiriu posteriormente aos anteriores acionistas a participação na Lusitania.

Ao nível da margem de solvência e face aos resultados negativos registados no exercício, o rácio de cobertura fixou-se em 143,46% (2014: 90,1%), estando a serem promovidas as necessárias diligências para o seu reforço.

• **Regime Solvência II** – Ver nota 4.3

26. Reservas

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação por revalorização de outros ativos tangíveis considera o montante das revalorizações efetuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva de reavaliação é analisada como se segue:

	2015	2014
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	209.698.115	145.534.090
Imparidade	(14.113.555)	(6.506.383)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	195.584.560	139.027.707
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	191.807.144	137.711.763
Reserva de Justo valor de ativos disponíveis para venda	(3.777.416)	(1.315.944)
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(1.312.860)	(1.636.987)
Reserva de justo valor	(5.090.276)	(2.952.931)
Impostos diferidos e correntes	1.298.020	752.997
Reserva de reavaliação líquida de impostos	(3.792.256)	(2.199.934)

b) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

c) Reservas estatutárias

São constituídas, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

d) Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	2015	2014
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	(43.169.705)	(15.017.218)
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	10.000.000	10.000.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	-4,32	-1,50

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia não deteve elementos suscetíveis de originar o efeito de diluição.

28. Dividendos por ação

Não houve distribuição de dividendos em 2015 relativamente ao resultado apurado no exercício de 2014.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia-Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

29. Transações entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Lusitania as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista, bem como os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral. A empresa-mãe da Companhia é a Montepio Seguros, SGPS, S.A.

No desenvolvimento da sua atividade, a Lusitania efetua transações com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

Montepio Seguros, SGPS, S.A

No final do exercício de 2013, o Grupo Montepio procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos sectores dos seguros e fundos de pensões.

Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos.

A Montepio Seguros, SGPS, tem como acionista o Montepio Geral – Associação Mutualista.

No âmbito da reorganização referida, a Montepio Seguros, SGPS passou a ser titular das prestações acessórias anteriormente concedidas à Companhia pelo Montepio Geral – Associação Mutualista e pela Caixa Económica Montepio Geral no montante global de Euros 44,6 milhões (2014: Euros 44,6 milhões)

Durante 2014, a Montepio Seguros alienou à BPN SGPS, a Montepio Mediação pelo preço de 1.850.000 euros, livre de qualquer encargo.

Na base desta operação ficou, ainda, acordado que o valor em dívida naquela data seria objeto de um plano de amortizações a 3 anos com vencimento anual de juros. No final do exercício de 2015 o montante ascendeu a 2.528.487 euros, considerando os juros vencidos e não pagos e os juros de mora no montante total de 403.585 euros (2014: juros de 353.881 euros e capital de 2.124.902 euros).

Em 2015, a Montepio Seguros, SGPS entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 61.500.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Montepio Geral Associação Mutualista

Em 2014 a Montepio Geral Associação Mutualista adquiriu a totalidade das obrigações (18.000.000 euros) à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A, tendo sido integralmente reembolsadas em dezembro.

Em 31 de dezembro de 2014, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 9.000.000, emitido pela Lusitania.

Em 31 de dezembro de 2015, a Montepio Geral Associação Mutualista subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 7.000.000, emitido pela Lusitania.

Durante o exercício agora findo, foi alienado o terreno da Praça de Espanha bem como as respetivas responsabilidades inerentes com a Fundação Cargaleiro, tendo gerado uma menos-valia no montante de Euros 4.463.043.

Caixa Económica – Montepio Geral

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 2.500.000, emitido pela Lusitania.

Os encargos da Lusitania com a cedência de pessoal da CEMG durante o ano 2015, ascenderam a Euros 619.516.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida diretamente em 99,8% pelo Montepio Seguros, SGPS, S.A.

Em 2009, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, em novembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2009, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

Em 2014 a Montepio Geral - Associação Mutualista adquiriu a totalidade das obrigações à Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, emitidas pela Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania Companhia de Seguros, S.A. detém 5.000.000 de obrigações subordinadas com prazo indeterminado da Lusitania Vida, S.A. cujo justo valor se encontra reconhecido, em 31 de Dezembro de 2015, pelo montante de 2.959.000 euros, implicando uma desvalorização, em reservas, de 1.106.700 euros.

N Seguros, SA

A N-Seguros é uma seguradora do ramo Não Vida, designadamente o ramo automóvel, que é detida a 100% pela Lusitania.

Sociedade Portuguesa de Administrações, SA

A SPA é detida a 80,63% pela Lusitania, tendo como objeto social a administração de propriedades e a aquisição de imóveis para revenda.

Durante o ano de 2015, vendeu à Montepio Geral Associação Mutualista a Quinta de Miramar. O empréstimo hipotecário com a Lusitania no montante de 9.672.000 euros foi totalmente liquidado.

Foi ainda amortizado (euros 50.000) em Junho de 2015, parte de um empréstimo sendo o capital em dívida à data de euros 170.000.

Lykeion-Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda

A Lykeion-Centro de Conhecimento, detida a 100% pela Lusitania, cessou a atividade em 2015.

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais são analisadas como segue:

Nome/Cargo	2015		2014	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Álvaro Cordeiro Damaso / Presidente Conselho Administração a)	-	-	-	-
Eduardo José Silva Farinha / Presidente Conselho Administração b)	-	-	-	-
Fernando Dias Nogueira / Vice-Presidente	241.794	60.268	241.794	51.934
Artur Luís Martins / Administrador	208.530	52.035	208.530	46.938
Pedro Miguel Libano Monteiro / Administrador	60.473	15.391	60.473	15.365
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador	27.720	7.285	27.720	6.996
Manuel da Costa Bráz / Presidente do Conselho Fiscal	4.500	-	4.500	-
Gabriel Mesquita Gabriel	3.500	-	3.500	-
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Vice-Presidente do Conselho Fiscal	3.500	-	3.500	-
Total	550.017	134.979	550.017	121.233

a) Cessou funções em 30.06.2014

b) Iniciou funções em 22.08.2014

Acresce informar que, dos montantes com cedência de pessoal da CEMG, suportados pela Lusitania (montante total de 619.516 euros) em 2015, estão considerados para remunerações, encargos e outros, os seguintes valores por Administrador:

- Pedro Miguel Libano Monteiro 210.310 euros

- Virgílio Manuel Boavista Lima 241.973 euros

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2014 e que foi liquidado ou colocado à disposição em março de 2015. Os valores referentes ao exercício de 2014, que são pagos ou colocados à disposição em março de 2015, são Euros 4.500 e Euros 3.500 para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respetivamente.

Os honorários com a Revisão Oficial de Contas ascenderam a Euros 142.000, em 2015, em comparação com Euros 135.000, em 2014:

Rubrica	Valor
Revisão legal das contas	97.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	45.000
Total	142.000

Remunerações e encargos dos Diretores (em euros):

DIRECTORES - De acordo com a estrutura a 31/12/2015	2015		2014	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Diretores - 16 colaboradores (14 em 2014)	1.198.854	313.178	1.107.887	294.588
Total	1.198.854	313.178	1.107.887	294.588

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como se segue:

Designação da Contas	C.E.M.G		M.G.A.M		MONTEPIO SEGUROS, S.G.P.S.		LUS. VIDA C.S., S.A.		S.P.A, S.A.		Lykeion-C. Conhecimento		N-Seguros		Bolsimo	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contas Activo	25.973	33.337	-	-	5.491	11.557	2.969	4.076	801	10.515	-	55	17.554	27.008	12.333	14.178
Depósito à ordem	4.643	6.578	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acções/Quotas	-	-	-	-	5.491	11.500	-	-	590	590	-	50	17.500	27.000	223	2.065
Depósitos a Prazo	10.005	15.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	170	9.892	-	-	-	-	-	-
Obrigações	11.283	11.707	-	-	-	-	2.969	4.076	-	-	-	-	-	-	12.110	12.113
D.C.D. - C/Corrente	42	-	-	300	-	57	-	-	41	33	-	5	54	8	-	-
Contas Passivo	2.500	2.500	16.000	9.000	106.161	44.661	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo Subordinado	2.500	2.500	16.000	9.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestações Acess. Capital	-	-	-	-	106.161	44.661	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta Corrente Caucionada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos	8.714	4.355	1.336	300	-	-	180	187	-	10	-	-	120	180	563	428
Seguros	8.053	4.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	661	195	1.336	300	-	-	180	187	-	10	-	-	120	180	563	428
Custos	5.273	4.837	5.083	122	-	-	561	369	34	34	-	-	-	-	-	-
Mediação de Seguros	4.030	4.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Menos-Valla Terreno	-	-	4.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	1.243	732	620	122	-	-	561	369	34	34	-	-	-	-	-	-

Montepio Geral - Caixa Económica Montepio Geral

M.G.A.M. - Montepio Geral - Associação Mutualista

Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A.

LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A

S.P.A, S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.

31. Compromissos

Durante o ano de 2015 e 2014, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2015	2014
Montepio	301.219	67.307
GEFleet	112.055	130.795
Leaseplan	134.474	462.384
Outros	841	18.252
Total	548.589	678.738

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

2015	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	21.554	27.747	1.358.484	1.407.785

2014	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	124.430	31.869	847.112	1.003.411

A Companhia registou ainda durante o ano de 2015, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2015	2014
Xerox	111.189	207.128
Iten Solutions	-	6.174
Outros	22.173	8.807
Total	133.362	222.109

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

2015	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	162.016	162.017	87.018	411.051

2014	Até 12 meses	+1 até 2 anos	+2 até 4 anos	Total
Rendas futuras	159.000	159.000	238.500	556.500

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2015 a Euros 52.244 (2014: Euros 16.610)

32. Passivos contingentes

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2015 ascendiam a Euros 6.171 milhares: (i) processos fiscais Euros 5.923 milhares (ver nota 24. Imposto sobre o rendimento) e, (ii) processos de sinistros Euros 248 milhares (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável).

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

IRC de 2009, 2010 e 2011 e Processos de Execução fiscal de 1997,1998, 2004 e 2005

Ver Nota 24, Imposto sobre o rendimento

Para além dos atrás mencionados e dos decorrentes da atividade de seguros, e que se encontram devidamente provisionados nas rubricas de sinistros, não há outros passivos contingentes significativos.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não há acontecimentos a registar

37. Outras informações

37.1. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	2015	2014
Receita processada antecipadamente	38.407.826	33.594.927
Remuneração de férias, subsídio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3.350.387	3.074.870
Outros acréscimos e diferimentos	3.451.818	1.684.422
Total	45.210.031	38.354.219

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguros cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda refletida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver Nota 37.2).

37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

	2015	2014
Devedores por operações de seguro directo	46.246.053	43.474.980
Devedores por operações de resseguro	4.662.659	4.863.159
Outros devedores	13.957.985	14.213.563
Total	64.866.697	62.551.702

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 38.407.825 (2014: Euros 33.594.927), referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver Nota 37.1).

37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros credores por operações de seguros e outras operações encerraram o exercício com os seguintes resultados:

	2015	2014
Credores por operações de seguro directo	9.029.267	8.691.703
Credores por operações de resseguro	4.976.900	4.842.656
Outros credores	3.802.754	8.794.238
Total	17.808.921	22.328.597

No final de 2015, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 6.289.890, relativo a valores a pagar a mediadores.

37.4. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os outros rendimentos e gastos técnicos o assumiram os seguintes valores:

	2015	2014
Reavaliação de imóveis de rendimento	1.437.523	(229.844)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(4.180.419)	(540.195)
Total	(2.742.896)	(770.039)

O valor de outros rendimentos/gastos técnicos inclui a menos-valia de 4,5 milhões de euros resultantes da transação com o terreno da Praça de Espanha, conforme Nota 29.

37.5. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os outros rendimentos e gastos registaram o seguinte:

	2015	2014
Ofertas a Clientes	(242.313)	(297.990)
Despesas confidenciais	(6.171)	(4.000)
Valia por alienação de activos tangíveis	(1.110.346)	(1.561.088)
Outros rendimentos/gastos	(73.597)	187.919
Total	(1.432.426)	(1.675.159)

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de Maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece

um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Lusitania.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2015).

- *IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”*

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- *IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- *IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios*

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- *IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.*

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Lusitania não registou quaisquer impactos na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

A Lusitania decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Lusitania não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Lusitania não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto devem ser determinadas considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Lusitania não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Companhia ainda não tomou uma decisão relativamente à opção que esta norma permite.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Lusitania

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Lusitania iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Lusitania.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Lusitania encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Lusitania.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Lusitania não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("*Bearer Plants*") (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A Lusitania não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício : 2015
Companhia : LUSITANIA Companhia de Seguros, S.A.

Anexo 1

ISIN	DESIGNAÇÃO	QUANTID.	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO UNITÁRIO	TOTAL
BXIIA10E	BARCLAYS BANK		14.200.000,00	100,00	15,43	2.191.034,44	0,00	28,40
PTLVAA0E0008	OBRIG. SUB. Prazo Indeterminado LUSITANIA VIDA		5.000.000,00	100,00	100,00	5.000.000,00	59,18	2.959.000,00
XS0249443979	BANK OF AMERICA FLT 03/28/18		1.000.000,00	100,00	98,56	985.553,72	98,19	991.910,00
IT0005056541	CCTS		1.000.000,00	100,00	101,10	1.011.007,70	102,30	1.023.000,00
PTCON40E00005	CONSOLIDADO - Centenários - 1940 (4%)		3.930,53	100,00	57,04	2.241,97	90,00	3.537,48
PTCON30E00006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)		8.474,58	100,00	49,00	4.152,54	63,00	5.338,99
FR0010517417	FRTR 4.25 10/25/17		26.350.000,00	100,00	106,41	28.566.492,02	108,28	28.530.462,50
NL0010661930	NETHER 0.5 04/15/17		20.000.000,00	100,00	101,15	20.230.100,00	101,12	20.224.000,00
AT0000A06P24	RAGB 4.30 09/15/17		10.000.000,00	100,00	107,95	10.795.485,00	107,85	10.784.500,00
ES00000123W5	SPOB 3.3 07/30/16		200.000,00	100,00	103,74	207.486,36	101,91	203.810,00
XS0209139244	ARGENT 0 12/15/35		1.085.833,00	100,00	14,28	154.791,50	9,50	103.154,14
XS0205537581	ARGENT 1 2 12/38		833,00	100,00	14,28	118,75	56,08	467,15
XS0214398199	BACR 4.75 03/29/49		1.000.000,00	100,00	97,45	974.500,00	99,84	998.390,00
PTBSSGOE0009	BRCOR 6.875% 04/02/2018		1.000.000,00	100,00	106,47	1.064.666,07	113,69	1.136.890,00
714910042717	Bolsimo 17ª Emissão		12.100.000,00	100,00	100,00	12.100.000,00	100,00	12.100.000,00
XS0303074883	C 0 05/31/17		1.000.000,00	100,00	99,48	994.795,15	99,57	995.690,00
PTCMKLXE0004	C.E Montepio Geral Obrig. Subordinadas		13.000.000,00	100,00	100,00	13.000.000,00	84,50	10.985.000,00
XS026897007	ELEROR 4 5/8 06/16		700.000,00	100,00	106,74	740.155,45	101,60	711.200,00
PTGALJOE0008	GALP 3 01/14/21		1.100.000,00	100,00	99,30	1.092.316,37	100,21	1.102.288,00
XS1173867323	GS 0 26/07/22		500.000,00	100,00	100,81	504.033,61	100,66	503.295,00
XS1240146891	GS 0 29/05/2020		500.000,00	100,00	99,74	498.700,00	99,47	497.335,00
XS0243399556	IBSANP 0 02/20/18		1.000.000,00	100,00	97,94	979.360,17	98,19	981.900,00
XS0194805429	KAUP 0 06/30/14		239.000,00	100,00	1,00	2.390,00	0,00	2,39
XS0292269544	LLOYDS FLT 17		1.000.000,00	100,00	98,90	988.954,25	99,58	995.800,00
XS0250907218	MONPI 0 16		250.000,00	100,00	69,69	171.718,16	91,26	208.150,00
XS1138320151	MS 0 19/11/19		1.000.000,00	100,00	100,14	1.001.376,19	100,25	1.002.460,00
PTNOSBOE0004	NOSPL 0 28/03/22		200.000,00	100,00	100,00	200.000,00	100,96	201.920,00
XS0159861078	PELICAN MORTGAGES - 03/37 (IOB)		16.173,22	100,00	100,39	16.235,57	98,52	15.933,86
PTGRPEOE0000	PESTA 3.95 07/15/22		8.900.000,00	100,00	99,24	8.832.360,00	94,00	8.366.000,00
XS0221854200	PORTEL 4 1/2 06/18/25		500.000,00	100,00	99,63	498.150,00	44,78	223.920,00
XS0301810262	SANTAN 0 05/29/2019		1.000.000,00	100,00	98,46	984.593,58	98,09	980.870,00
XS1075313517	SANTAN FLOAT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	99,87	898.830,00
XS0202197694	SANTAN FLT 49		15.000,00	100,00	60,00	9.000,00	60,17	9.025,50
PTSDRACE0004	SAUDCR FLT 17		900.000,00	100,00	100,02	900.140,40	100,85	902.250,00
XS0756990429	STROIKA FINANCE 3.1 06/19		8.833.000,00	100,00	0,39	34.132,23	0,00	0,00
XS1144084099	T 0 06/04/19		1.000.000,00	100,00	100,31	1.003.056,46	100,04	1.000.440,00
XS0283056215	TELEFO FLT 18		600.000,00	100,00	98,11	588.631,81	99,23	595.386,00
PTOTEYOE0007	PGB 3.85 04/15/21		1.000.000,00	100,00	97,88	978.800,00	88,12	881.249,75
PTOTENOE0018	PGB 4.45 06/15/18		3.750.000,00	100,00	92,30	3.461.250,00	95,76	3.591.153,37
PTOTENOE0027	PGB 4.75 06/14/19		250.000,00	100,00	99,60	2.033.550,00	94,64	2.129.397,41
PTOTEOE0029	PGB 4.8 06/15/20		11.775.360,00	100,00	88,09	10.373.313,42	93,07	10.959.044,04
PTCFPAOM0002	CAMFER 3.1 10/19		5.500.000,00	100,00	98,83	5.435.500,00	85,42	4.697.941,45
XS0230315748	PARPUB 3.567 09/22/20		2.500.000,00	100,00	98,19	2.454.700,00	90,88	2.271.961,01
920910022001	CLINICA SERV. MÉDICOS COMPUTORIZADOS DE BELEM	51.465,00			4,99	256.706,34	4,99	256.706,34
921910039401	NSEGUROS	1.500.000,00			18,00	27.000.000,00	11,67	17.500.000,00
921910000501	SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES (ACC)	80.632,00			7,31	589.561,17	7,31	589.561,17
921910012201	EURÓMINAS (ACC)	13,00			4,99	64,83	0,00	0,00
MonteAz	MONTEPIO GEST. ATIVOS IMOB. ACE	73.491,21			1,00	73.491,21	1,00	73.491,21
921810003801	MOCAMBOQUE - Companhia de Seguros	179.669,00			3,61	648.544,63	2,38	427.538,43
921910055401	Montepio Seguros SGPS	11.500.001,00			1,00	11.500.001,00	0,48	5.491.434,57
RESMONTE	Residências Montepio	133,33			0,25	33,33	0,25	33,33
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7.721.250,00			0,73	5.640.370,01	0,64	4.946.325,41
921910003001	AUDATEX (ACC)	100,00			249,40	24.939,90	301,47	30.147,00
ES0113068008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104.328,00			1,79	186.292,80	1,52	158.578,56
722910042701	BOLSAIMO - GESTÃO DE ACTIVOS SA	6.594,00			100,00	668.400,00	33,35	223.242,80
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BELEM	69.920,00			7,54	527.363,85	7,13	498.529,80
PTEDPOAM0009	EDP (ACC)	460,00			3,11	1.429,68	3,32	1.527,66
721910048701	GALILEI	2.008.212,00			0,12	231.617,00	0,00	0,00
722910042601	GERMONT	50,00			100,00	5.000,00	0,52	26,00
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10,00			4,99	49,88	0,00	0,00
921910013001	MATUR - Portador	90,00			9,98	897,84	0,00	0,00
PTMGFOAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	15,00			0,00	0,00	5,00	75,00
ES0185936008	NCG BANCO	143.703,00			1,38	197.735,14	1,54	221.302,62
PTPTQAM0009	PORTUGAL TELECOM (ACC)	453,00			2,13	965,83	0,27	122,76
921910024901	REGIS HOTEIS	471,00			21,18	9.975,96	0,00	0,00
721910048601	SUN VAL	2.625.000,00			0,10	262.500,00	0,00	0,00
solução	Solução	16.060,00			165,01	2.650.000,00	0,00	0,00
PTZCONAM0006	ZON MULTIMÉDIA SGPS	63,00			4,34	273,33	7,25	456,50
935930050001	MERCAPITAL	45.610,00			102,54	4.676.799,23	41,21	1.879.592,66
VSG7558X1924	SIGNET	3.982,60			111,77	445.131,07	63,48	252.830,18
GOY121000008	AEIIP	854.984,08			0,64	549.919,42	0,98	837.884,40
PTARMAME0005	ALVES RIBEIRO - MÉDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS	1.500,00			49,88	74.819,68	50,68	76.020,00
GB0030276538	ARIS	131,43			0,00	0,00	0,00	0,00
LU1160371149	Edmond de Rothschild Fund Euro Long Duration Govt Bonds	629,82			372,46	234.584,89	420,51	264.846,45
PTCMHUIIM0015	FUNDO CEMG	499.334,00			0,93	466.453,03	0,66	329.560,44
KYG399911232	GOTTEX ABI FUND	1.980,00			0,00	0,00	0,00	0,00
IE00BYNFXR72	Mercer Absolute Return Fixed I	78.719,72			99,03	7.795.445,20	99,27	7.814.506,29
IE00BRX07X76	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	154.736,39			100,82	15.600.000,00	99,81	15.444.239,24
IE00BSSY728	Mercer Liquid Alternative Strategies Fund	31.090,12			115,79	3.600.000,00	115,98	3.605.832,54
IE00BLNMPR11	Mercer Low Volatility Equity Fund	104.566,12			109,02	11.400.000,00	109,52	11.452.081,81
IE00BGY64W57	Mercer Passive Global Equity Fund	103.334,11			116,13	11.999.999,98	116,48	12.036.356,96
IE00BBPLSL15	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	46.494,11			103,24	4.800.000,00	103,03	4.790.287,95
IE00BBPLSM22	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	47.340,41			101,39	4.800.000,00	101,29	4.795.110,59
LU0269522973	NOVENERGIA	0,85			67.471,99	57.013,83	98.112,65	82.905,19
PTYSARLM0006	SANTANDER ACOÇÕES PORTUGAL	2.379,00			4,24	10.082,20	23,51	55.930,63
GBR12100007	THE FINE ART II L.P.	226.823,65			0,44	98.837,94	0,55	125.554,83
PTYCXTMH0007	FUNDIMO	1.000,00			5,10	5.102,70	7,19	7.187,40
PTYBQAIM0007	IMOREAL	87.275,00			94,86	8.278.588,71	69,14	6.034.158,85
PTNFOE00006	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO	50.000,00			5,01	250.500,00	3,90	195.000,00
IE00B06YB805	PREFE (UPS)	1.686,57			100,55	169.583,27	77,03	129.916,30
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	150.000,00			3,39	508.341,81	3,72	557.970,00
TOTAL GERAL DE TÍTULOS EM VIGOR		28.575.881,52	162.877.604,33			268.263.399,98		235.979.805,11

CERTIFICAÇÕES



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.** ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 484.862.130 euros e um total de capital próprio de 60.087.889 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 43.169.705 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

dv

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., é firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C. S.A.
Capital Social: 3.315.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrição na O.R.C.N. N.º 189 - Inscrição na C.N.V.M. N.º 20161489

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 8.1. Com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016 passou a ser aplicável de forma integral o regime de Solvência II, impondo novos requisitos de capital às empresas de seguros. Conforme referido na nota 4.3 do anexo às demonstrações financeiras, por forma a cumprir com os requisitos referidos no regime mencionado, a Companhia irá (i) utilizar a medida transitória relativamente às provisões técnicas, a qual está dependente da aprovação por parte da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e, (ii) rever as exposições a um conjunto de activos financeiros.



8.2. A nossa Certificação Legal das Contas do exercício de 2014 incluía uma reserva relativa ao não reconhecimento de passivos associados a matérias fiscais. Conforme descrito na nota 24 do anexo às demonstrações financeiras, a Companhia procedeu à correcção desta situação através da reexpressão das demonstrações financeiras, pelo que a situação se encontra resolvida.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Março de 2016

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Lusitania, Companhia de Seguros, SA vem apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e quinze e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Companhia, contactando com a Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados, SROC, SA, a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais, bem como a Certificação Legal das Contas, que foi formulada com duas ênfases a referir, a aplicação de forma integral a partir de 1 de Janeiro de 2016 do regime de "Solvência II" e a correção da situação descrita na nota 24 do Anexo, que deu origem à reserva no exercício anterior.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma correta a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da Companhia.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor.

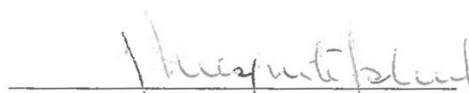
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e quinze, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 30 de março de 2016

O Conselho Fiscal


José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Presidente


Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Vice-Presidente


Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Vogal